

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração
do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil brasileiro.
Doutor. Advogado (Parecerista).

Vol. II

CURSO de DIREITO PROCESSUAL CIVIL

57^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada

Procedimentos Especiais

- Codificados – Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária
- Legislação Extravagante – Arbitragem, Juizados Especiais, Ações Constitucionais, Ações Coletivas e Ações Imobiliárias



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 16.01.2023

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

1ª edição – 1985

56ª edição – 2022

■ Capa: Danilo Oliveira

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

T355c

Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Curso de direito processual civil / Humberto Theodoro Júnior. – 57. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.
(Curso de direito processual civil; 2)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5964-727-9

1. Direito processual civil – Brasil. I. Título. II. Série.

22-81835

CDU: 347.9(81)



Mei Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Índice da Matéria

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Parte I – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

§ 1º Generalidades	3
1. Introdução.....	3
2. Razão de ser dos procedimentos especiais	4
3. Casuísmo do Código	5
4. Técnicas de especialização procedimental.....	6
5. Complementação das regras procedimentais.....	8
6. Pressupostos dos procedimentos especiais.....	9
7. Erro na adoção do procedimento	9
7-A. Flexibilidade dos procedimentos especiais.....	11
8. Ações especiais suprimidas pelo CPC/2015	12
8.1. A instituição do reconhecimento de usucapião pela via administrativa	17
8.2. Requerimento e documentação	17
8.3. Notificações	18
8.4. Notificação por meio eletrônico	18
8.5. Notificação por edital	18
8.6. Conclusão do procedimento	18

CAPÍTULO II – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

§ 2º Os fundamentos do depósito em consignação	20
9. O direito de pagar	20
10. A liberação natural e a liberação forçada do devedor	21
11. A ação de consignação em pagamento.....	21
12. Histórico da consignação em pagamento	22
§ 3º O procedimento da consignação em pagamento	23
13. Natureza do instituto da consignação	23
14. Natureza processual da ação de consignação	23
15. Prestações passíveis de consignação	24
16. Cabimento da consignação	24
17. Liquidez da prestação devida	26
I – <i>A mora accipiendi</i>	26
II – A liquidez como requisito da consignatória.....	26

	III – A obrigação ilíquida.....	27
	IV – O <i>an debeat</i> na consignatória.....	28
18.	Consignação principal e incidental	29
19.	Legitimação <i>ad causam</i>	30
	I – Legitimidade ativa.....	31
	II – Legitimidade passiva.....	31
	III – Representação processual na consignatória.....	32
20.	Competência.....	32
21.	Consignação no local em que se acha a coisa devida.....	33
22.	Oportunidade da consignatória	34
	I – <i>Mora creditoris</i>	34
	II – <i>Mora debitoris</i>	35
	III – O “tempo devido”, para efeitos da consignação.....	35
23.	Objeto da consignação	36
24.	Obrigação de prestações periódicas	37
25.	Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas	38
26.	Quebra da sequência de depósitos periódicos	39
27.	O procedimento especial da consignatória.....	39
28.	Obrigações alternativas e obrigações genéricas	41
29.	Valor da causa.....	41
30.	Resposta do demandado	42
31.	Comparecimento do credor para receber.....	42
32.	Não comparecimento e revelia do demandado.....	44
33.	Levantamento do depósito pelo devedor.....	45
34.	Contestação.....	45
35.	Matéria de defesa.....	46
36.	Complementação do depósito insuficiente	47
	I – Depósito complementar pelo autor	47
	II – Não complementação do depósito	48
37.	Sentença.....	50
38.	Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito.....	51
39.	Particularidades da consignação por dúvida.....	51
40.	A posição dos possíveis credores	52
	I – Ausência de pretendentes.....	52
	II – Comparecimento de um só pretendente	53
	III – Comparecimento de mais de um pretendente	53
41.	Resgate da enfiteuse.....	54
42.	A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios.....	55
43.	A consignação de obrigação em dinheiro.....	57
44.	Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada	58

CAPÍTULO III – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

§ 4º	Generalidades	62
45.	Introito.....	62
46.	Objetivo da ação de exigir contas	62
47.	Ação de dar e ação de exigir contas	63

48.	A natureza da ação de exigir contas.....	64
49.	Cabimento.....	65
50.	Prestação de contas e prescrição	68
51.	Legitimação e interesse.....	69
52.	Prestação de contas dos administradores judiciais.....	70
	52.1. Prestação de contas do inventariante	71
53.	Sociedade e prestação de contas.....	71
54.	Ações matrimoniais e prestação de contas	73
54-A.	Prestação de contas entre filho e genitor, em caso de usufruto legal	74
55.	Prestação de contas entre condôminos	74
55-A.	Prestação de contas do banco ao correntista.....	75
56.	Organização das contas.....	76
57.	Prova das contas.....	77
57-A.	Importância da prova pericial	77
§ 5º	Procedimento da ação de exigir contas.....	79
58.	Ação de exigir contas.....	79
59.	Procedimento da primeira fase	79
	I – Petição inicial.....	79
	II – Apresentação das contas.....	79
	III – Apresentação das contas e contestação	80
	IV – Revelia.....	80
	V – Contestação sem negar a obrigação de prestar contas.....	80
	VI – Contestação com negativa da obrigação de prestar contas.....	80
60.	Reconvenção.....	81
61.	Decisão da primeira fase	81
62.	Procedimento da segunda fase.....	82
63.	Contas elaboradas pelo autor	83
64.	Sucumbência.....	85
§ 6º	Execução no procedimento de exigir contas.....	86
65.	Sentença e execução.....	86

CAPÍTULO IV – AÇÕES POSSESSÓRIAS

§ 7º	Generalidades.....	88
66.	A posse e seus efeitos.....	88
67.	A razão da tutela possessória.....	89
68.	O instituto da posse e a paz social	90
69.	O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório).....	92
70.	Natureza jurídica da posse.....	93
71.	Requisitos da tutela possessória	97
	71.1. Posse de particular sobre bem público.....	99
	71.2. Posse e detenção. Direito de retenção	100
§ 8º	Os interditos possessórios de manutenção, reintegração e proibição	101
72.	Origem dos interditos possessórios.....	101
73.	As ações possessórias.....	102

74.	Competência.....	103
75.	Legitimação ativa	103
76.	Legitimação passiva	104
77.	Petição inicial.....	105
78.	Procedimento: as ações de força nova e força velha.....	106
79.	Invasões coletivas de imóvel.....	107
	I – Novidade do CPC/2015.....	107
	II – Citação dos réus	107
	III – Procedimento para as ações de força velha em litígio coletivo	108
80.	Medida liminar possessória	108
81.	A decisão sobre a liminar	109
82.	A sentença possessória	111
83.	Posse de coisas e posse de direitos	112
83-A.	Posse de bens públicos.....	113
84.	O petitório e o possessório	114
85.	A exceção de propriedade no juízo possessório.....	118
86.	Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro	119
87.	Natureza dúplice das ações possessórias.....	121
88.	Liminar em favor do réu	122
89.	Natureza real das ações possessórias	123
90.	Natureza executiva do procedimento interdital.....	125
	90.1. Reintegração inviabilizada. Conversão em perdas e danos.....	127
91.	Cumulação de pedidos	128
92.	Interdito proibitório.....	129
§ 9º	Alguns incidentes registráveis nos interditos	131
93.	Embargos de terceiro	131
94.	Medida liminar e mandado de segurança.....	132
95.	Embargos de retenção	132
96.	Nomeação à autoria e denunciação da lide	133

CAPÍTULO V – AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

§ 10.	Generalidades.....	138
97.	Introdução.....	138
98.	Conceito das ações especiais em análise	138
99.	Cumulação de ação divisória com ação demarcatória.....	139
100.	Temas novos.....	139
101.	Divisão e demarcação consensuais	140
102.	O georreferenciamento e a prova pericial.....	141
103.	Sucumbência e honorários advocatícios	142
§ 11.	Ação de demarcação.....	144
104.	A ação de demarcação e seu procedimento. Petição inicial	144
105.	Objeto da ação	144
106.	Competência para as ações do juízo divisório	150
107.	Legitimação ativa para o procedimento demarcatório	151

108.	Legitimação ativa de condômino	153
109.	Legitimação passiva	153
110.	Citação do confinante demandado	154
111.	Contestação	155
112.	Prazo de contestação	157
113.	Prova pericial	157
114.	A primeira sentença da ação demarcatória (encerramento da fase de acertamento ou cognição)	158
115.	Procedimento executivo (segunda fase da ação)	159
116.	A conclusão do procedimento demarcatório	160
117.	Natureza e força das duas sentenças da ação demarcatória	161
118.	Cumprimento da sentença em face dos confinantes	162
§ 12.	Ação de divisão	164
119.	Ação de divisão. Petição inicial	164
120.	Objeto da ação	164
121.	Objetivo da ação de divisão regulada pelo CPC	165
122.	Competência	166
123.	Legitimação ativa	166
124.	Legitimação passiva	168
125.	Procedimento. Citação	169
126.	Contestação	169
127.	Revelia	171
128.	Prova pericial	171
	I – Peritos	172
	II – Exame dos títulos dos condôminos e pedidos de constituição de quinhões	173
	III – Benfeitorias de terceiros e benfeitorias de condôminos	173
	IV – Plano de divisão	173
	V – Deliberação da partilha	174
	VI – Critérios a observar na formação dos quinhões	174
129.	Auto de divisão e sentença homologatória	175
130.	Aplicação de regras da demarcatória à ação de divisão	176
131.	A coisa julgada na ação de divisão	176
132.	Cumprimento da sentença de divisão (execução forçada)	178
133.	Terceiro prejudicado pela ação de divisão. Benfeitorias dentro da área dividenda	178
134.	Usurpação de terrenos de vizinhos da área dividenda	180

CAPÍTULO VI – DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

§ 13.	Da ação	185
135.	Introito	185
	135.1. Sociedades simples	186
	135.2. Outras sociedades	187
136.	Normas processuais atinentes à dissolução da sociedade	187
137.	Objetivo	188
138.	Legitimidade	189
	I – Legitimados ativos	189

	II – Legitimados passivos.....	191
139.	Cabimento.....	192
	I – Falecimento do sócio.....	192
	II – Exclusão de sócio.....	192
	III – Exercício do direito do sócio de retirar-se da sociedade.....	193
140.	Exclusão de sócio por quebra da <i>affectio societatis</i>	194
141.	Competência.....	195
142.	Procedimento.....	195
	I – Petição inicial.....	195
	II – Citação.....	196
	III – Conciliação prévia.....	197
	IV – Contestação.....	197
	V – Decisão.....	198
	VI – Cumprimento da sentença.....	199
143.	A resolução da sociedade.....	200
144.	Apuração dos haveres.....	201
145.	Crítérios para apuração dos haveres.....	201
	I – Cláusulas contratuais.....	201
	II – Aplicação da boa-fé objetiva.....	202
	III – Balanço patrimonial.....	202
	IV – Cotas dadas em penhor em benefício de terceiro.....	204
146.	Execução da sentença.....	204
147.	A dissolução parcial de sociedade anônima.....	205
147-A.	Dissolução parcial de sociedade e cláusula compromissória (juízo arbitral).....	207

CAPÍTULO VII – INVENTÁRIO E PARTILHA

§ 14.	Disposições gerais	209
148.	Introito.....	209
149.	Caráter contencioso do inventário.....	210
150.	Inventário e partilha por via administrativa.....	210
151.	Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial.....	213
152.	Execução da partilha por via administrativa.....	215
153.	Inventário negativo.....	216
154.	Competência.....	217
	154.1. Prevenção de competência, no caso de ajuizamento de mais de um inventário sobre a mesma herança.....	218
155.	Universalidade do foro sucessório.....	219
156.	Questões solucionáveis no juízo sucessório.....	219
157.	Administração da herança.....	220
158.	O inventariante.....	221
	I – Quem pode ser nomeado.....	221
	II – Novidades do CPC.....	221
159.	Encargos do inventariante.....	222
	I – Atos de gestão.....	222
	II – Atos de disposição.....	223

	III – Prestação de contas	223
160.	Remoção do inventariante	224
	I – Hipótese	224
	II – Procedimento	224
161.	Legitimação para promover o inventário	225
§ 15.	Inventário judicial	227
162.	Procedimento	227
	I – Inventário	227
	II – Partilha	227
163.	Petição inicial	227
164.	Primeiras declarações	227
165.	Citações e interveniências	229
166.	Impugnação dos citados	230
167.	Herdeiro omitido nas declarações do inventariante	231
168.	Avaliação	232
	I – Laudo	232
	II – Manifestação das partes	233
169.	Últimas declarações	233
170.	Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	234
171.	Colações	234
172.	Sonegados	236
173.	Pagamento de dívidas do morto	236
§ 16.	Partilha	239
174.	Espécies de partilha	239
175.	Partilha judicial. Deliberação	239
176.	Esboço e lançamento da partilha	241
	I – Esboço da partilha	241
	II – Partilha	242
177.	A sentença da partilha	242
178.	O formal de partilha	243
179.	Emenda ou retificação da partilha	244
180.	Pacto de não partilhar	245
§ 17.	Invalidação da partilha	247
181.	Ação de anulação e ação rescisória de partilha	247
182.	Conceituação de partilha judicial	247
183.	Conceituação de partilha amigável	249
184.	Casuísmo da rescisória de partilha	250
185.	Ação de nulidade de partilha	251
186.	Ação de petição de herança	253
§ 18.	Arrolamento	254
187.	Simplificação do inventário	254
188.	Arrolamento sumário do art. 659 (por deliberação voluntária dos interessados)	254
189.	Arrolamento comum do art. 664 (por imposição da lei)	256
190.	Lei nº 6.858, de 24.11.1980	257

190.1.	Benefícios previdenciários.....	258
191.	Inventário administrativo	259
§ 19.	Disposições comuns	260
192.	Medidas cautelares	260
193.	Sobrepartilha	261
194.	Curatela especial ao herdeiro.....	261
195.	Inventários cumulados	262
196.	Honorários de advogado.....	263
197.	Extinção do processo por paralisação da causa	263
198.	Assistência judiciária	264
199.	Terceiros prejudicados.....	264

CAPÍTULO VIII – EMBARGOS DE TERCEIRO

§ 20.	Generalidades.....	272
200.	Conceito	272
201.	Natureza jurídica.....	273
202.	Requisitos.....	274
203.	Ato judicial atacável.....	275
203-A.	Posse direta e posse indireta, em embargos de terceiro	276
204.	Penhora de bem alienado em fraude contra credores.....	278
204-A.	Estaria superada a Súmula nº 195 do STJ?.....	279
205.	Embargos a atos do juízo divisório.....	280
205-A.	Embargos de terceiro e desconsideração da personalidade jurídica.....	281
206.	Embargos do credor com garantia real	282
206-A.	Embargos do credor com garantia de alienação fiduciária	283
206-B.	Embargos do promissário comprador.....	284
206-C.	Embargos do adquirente de imóvel por título ainda não registrado.....	285
207.	Embargos e mandado de segurança	285
§ 21.	Procedimento	287
208.	Legitimação ativa	287
	I – Legitimados pelo CPC/2015	287
	II – Equiparação a terceiro prevista no art. 1.046, § 2º, do CPC/1973	289
209.	Legitimação ativa do prestador de garantia real a dívida de terceiro.....	290
210.	Legitimação ativa de quem participou do processo primitivo.....	290
211.	Legitimação passiva	292
212.	Oportunidade	293
213.	Competência.....	295
214.	Procedimento	296
	I – Petição inicial.....	296
	II – Concessão da liminar	296
	III – Citação	297
	IV – Contestação.....	297
	V – Revelia	298
215.	Sentença.....	298
215-A.	Verbas sucumbenciais. Princípio da causalidade.....	299

CAPÍTULO IX – OPOSIÇÃO

§ 22.	A ação especial de oposição	302
216.	Introdução.....	302
217.	Conceito	303
218.	Cabimento e extensão.....	304
219.	Oportunidade da oposição	304
220.	Conexão das causas.....	305
221.	Competência.....	305
222.	Procedimento	306
223.	Julgamento da oposição	307

CAPÍTULO X – HABILITAÇÃO

§ 23.	Procedimento da substituição da parte falecida	309
224.	Conceito	309
225.	Legitimidade para requerer a habilitação	309
226.	Competência.....	310
227.	Procedimento	310
	I – Habilitação sumária	311
	II – Habilitação ordinária, em autos apartados.....	311
	III – Natureza da decisão	311
	IV – Recurso.....	311
228.	Habilitação do adquirente e do cessionário.....	312
229.	Efeito do deferimento da habilitação.....	313

CAPÍTULO XI – TIPIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO
DAS AÇÕES PERTINENTES AO DIREITO DE FAMÍLIA

§ 24.	Ações de família	315
230.	Introito.....	315
231.	A entidade familiar	315
232.	Tipificação.....	316
233.	A mediação e a conciliação.....	316
234.	A Resolução nº 125 do CNJ.....	317
235.	Legitimação.....	318
236.	Procedimento	318
	I – Conciliação ou mediação extrajudicial requerida pelas partes.....	318
	II – Procedimento sem o pedido de conciliação ou mediação extrajudicial pelas partes...	319
	III – Competência	320
	IV – Procedimento no caso de frustração da conciliação	320
	V – Tutela especial às crianças	321
237.	Efeitos do termo final da mediação e conciliação	322
237-A.	Ação de alimentos.....	323
	I – Aplicação da Lei nº 5.478/1968	323
	II – Competência	323
	III – Petição inicial.....	324
	IV – Alimentos provisórios	325

V – Revisão dos alimentos provisórios	325
VI – Citação	326
VII – A audiência de conciliação e julgamento	326
VIII – Recurso	327
IX – Execução da prestação alimentícia	327
X – Justiça gratuita na ação de alimentos	327
XI – Revisão da pensão definitiva.....	327
XII – Compensação da verba alimentícia com prestação <i>in natura</i>	328
237-B. Ação de alimentos gravídicos.....	328
237-C. A coisa julgada nas ações de paternidade	329
237-D. Ações de paternidade <i>post mortem</i>	329
237-E. Ação para exigir contas no âmbito do direito de família.....	330
237-F. O rigo probatório nas ações de filiação	330

CAPÍTULO XII – AÇÃO MONITÓRIA

§ 25. Noção geral do procedimento monitorio	334
238. Introito.....	334
239. Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	334
240. Em que consiste o procedimento monitorio	335
241. O procedimento monitorio brasileiro.....	337
242. A ação monitoria no Código de Processo Civil	339
§ 26. A ação monitoria no Código de Processo Civil brasileiro	340
243. Condições de admissibilidade da ação monitoria	340
244. Objeto	341
244.1. Dívida de jogo contraída no exterior	341
245. Competência.....	342
246. Legitimidade ativa.....	342
247. Legitimidade passiva.....	343
I – A Fazenda Pública como agente passivo: peculiaridades do direito brasileiro.....	344
II – O posicionamento do STJ.....	344
248. Prova	345
I – Prova escrita: elementos doutrinários	345
II – Conjunto documental	346
III – Os títulos injuntivos.....	347
IV – A prova oral documentada, produzida antecipadamente	348
V – Dúvida quanto à idoneidade da prova documental.....	348
VI – Ônus da prova.....	349
VII – Prescrição.....	349
249. Procedimento	350
I – Petição inicial.....	350
II – Citação.....	351
III – Condutas do réu	352
IV – Resgate do débito pelo réu	352
V – Revelia	352
VI – A oposição de embargos.....	353
VII – Conversão do mandado de pagamento em título executivo judicial.....	353

	VIII – Direito regressivo: denunciação da lide	353
250.	Embargos à ação monitória	354
251.	Processamento dos embargos monitórios	354
	I – Matéria arguível.....	354
	II – Prazo e segurança do juízo	354
	III – Petição dos embargos	354
	IV – Prazo de defesa do credor embargado.....	355
	V – Efeitos.....	355
	VI – Rejeição dos embargos	355
	VII – Acolhimento dos embargos.....	355
	VIII – Recurso contra a sentença que julga os embargos.....	355
252.	Coisa julgada.....	355
253.	Ação rescisória contra a decisão que defere o mandado de pagamento.....	356
254.	Uso indevido da ação monitória	356

CAPÍTULO XIII – HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

§ 27.	Da ação	359
255.	Introito.....	359
256.	Penhor legal: efetivação e homologação	359
257.	Natureza jurídica da medida processual.....	360
258.	Procedimento	361
	I – Petição inicial.....	361
	II – Citação do réu	361
	III – Audiência preliminar	361
	IV – Defesas do réu.....	362
259.	Sentença.....	362
260.	Execução.....	363
261.	Formalização extrajudicial da homologação do penhor legal.....	363
	I – Requerimento	363
	II – Intimação do devedor	364
	III – Condutas do devedor.....	364

CAPÍTULO XIV – DANOS OCORRIDOS DURANTE A NAVEGAÇÃO

§ 28.	Regulação da avaria grossa	366
262.	Introito.....	366
263.	Conceito	366
264.	A ação de regulação da avaria grossa no sistema brasileiro	368
265.	Competência.....	369
266.	Legitimidade.....	370
267.	Procedimento	370
	I – Petição inicial.....	370
	II – Nomeação do regulador.....	370
	III – Fases da regulação	371
	IV – Declaração de abertura da avaria grossa.....	371
	V – Impugnação à declaração	371
	VI – Oferecimento de garantia para liberação de carga	372

	VII – Levantamento de valores depositados para arcar com as custas da alienação judicial da carga sem caução	372
	VIII – Regulamento da avaria grossa	372
	IX – Impugnação ao regulamento	373
	X – Homologação da regulação	373
	XI – Prescrição	373
268.	O Tribunal Marítimo	374

CAPÍTULO XV – RESTAURAÇÃO DE AUTOS

§ 29.	Procedimento para recuperar autos desaparecidos	377
269.	Conceito	377
270.	Objetivo do procedimento.....	378
271.	Legitimidade	378
272.	Competência.....	378
273.	Procedimento	379
	I – Petição inicial.....	379
	II – Citação e manifestação da parte contrária	379
	III – Restauração de autos após a produção de provas	380
274.	Julgamento da restauração.....	380
275.	Autos extraviados no tribunal	380
276.	Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos.....	381

Parte II – Procedimentos de Jurisdição Voluntária

CAPÍTULO XVI – JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

§ 30.	Generalidades	383
277.	Introito.....	383
	277.1. Natureza jurídica da jurisdição voluntária: atividade administrativa ou jurisdicional?.....	384
278.	Iniciativa do procedimento e participação dos interessados.....	385
279.	Litigiosidade incidental	387
280.	A função do juiz	388
281.	Verbas sucumbenciais	388
282.	Procedimentos.....	389
	I – Procedimento comum a todos os procedimentos de jurisdição voluntária.....	389
	II – Pedidos processados sob o rito comum.....	389
	III – Disposições complementares.....	391

CAPÍTULO XVII – NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO

§ 31.	Procedimento para notificar, interpelar	393
283.	Conceito	393
284.	Protesto de títulos pela via notarial	394
	284.1. Cancelamento do protesto de títulos.....	395
	284.2. A recuperação judicial e a suspensão dos protestos.....	396
	284.3. Central Nacional de Serviços Eletrônicos	397

284.4.	Interrupção da prescrição pelo protesto	397
285.	Protesto judicial	398
286.	Notificação	400
287.	Interpelação	400
288.	Procedimento	400
289.	Indeferimento do pedido	401
290.	Defesa e contraprotesto	402
291.	Encerramento do feito e destino dos autos.....	403

CAPÍTULO XVIII – ALIENAÇÕES JUDICIAIS

§ 32.	Procedimento das alienações judiciais.....	406
292.	Alienações judiciais.....	406
293.	Alienações cautelares.....	406
294.	Iniciativa da medida	407
295.	Casos de alienação judicial expressos em lei.....	407
296.	Leilão	407
297.	Avaliação prévia	408
298.	Publicidade.....	409
299.	Arrematação	409
300.	Destino do produto da alienação.....	409
301.	Outros bens alienáveis judicialmente.....	410
302.	Bens indivisíveis em inventário e partilha.....	410
303.	Bens de crianças, adolescentes, órfãos e interditos.....	411
304.	Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio.....	411
305.	Alienação de quinhão em coisa comum de forma irregular	413
306.	Alienação irregular do quinhão de bem comum indivisível em execução	413
307.	Alienação irregular de quinhão do bem comum indivisível em negociação particular...	414

CAPÍTULO XIX – DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO

§ 33.	Procedimento do divórcio, da separação e da homologação da extinção de união estável consensuais	416
308.	Noções introdutórias	416
309.	A dissolução da sociedade conjugal após a EC nº 66/2010	417
310.	Natureza jurídica	418
311.	Requisitos.....	419
312.	Legitimação.....	419
313.	Competência.....	420
314.	Petição inicial.....	420
	I – Requisitos	420
	II – Bens do casal	421
	III – Filhos incapazes.....	422
	IV – Pensão alimentícia entre os cônjuges ou companheiros	422
315.	Procedimento	423
316.	Sentença de homologação.....	424

317.	Reconciliação do casal.....	424
318.	Revisão e rescisão do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável	424
	318.1. Alteração negocial de partilha homologada judicialmente.....	425
319.	Separção, divórcio e extinção de união estável por via administrativa	426
	I – Escritura pública.....	426
	II – Requisitos de validade da escritura pública	427
	III – Casais homoafetivos.....	428
320.	Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais.....	428
321.	Execução do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável ajustado por escritura pública	429
322.	Alteração do regime de bens do casamento	430

CAPÍTULO XX – TESTAMENTOS E CODICILOS

§ 34.	Procedimento da apresentação dos testamentos em juízo.....	434
323.	Introito.....	434
324.	Objetivo do procedimento.....	434
325.	Competência.....	436
326.	Procedimento	436
327.	Sentença.....	436
328.	Efeitos	436
329.	Testamento cerrado	437
330.	Testamento público.....	438
331.	Testamento particular.....	438
332.	Procedimento	440
333.	Codicilos e testamentos marítimo, aeronáutico, militar e nuncupativo.....	441

CAPÍTULO XXI – HERANÇA JACENTE

§ 35.	Procedimento da arrecadação de herança jacente.....	445
334.	Conceito moderno de jacência da herança.....	445
335.	Competência.....	445
336.	Legitimação.....	446
337.	Procedimento	446
338.	A administração da herança jacente.....	447
339.	Habilitação	447
340.	Declaração de vacância	448

CAPÍTULO XXII – BENS DOS AUSENTES

§ 36.	Procedimento da arrecadação de bens dos ausentes.....	450
341.	Ausência	450
342.	Pressupostos.....	450
343.	Competência.....	450
344.	Fases do procedimento.....	450
345.	Procedimento da primeira fase	451
346.	Procedimento da sucessão provisória	451

347.	Conversão da sucessão provisória em definitiva	452
------	--	-----

CAPÍTULO XXIII – COISAS VAGAS

§ 37.	Procedimento da arrecadação das coisas vagas	455
348.	Conceito	455
349.	Legitimação	455
350.	Competência	455
351.	Cabimento	455
352.	Procedimento	456

CAPÍTULO XXIV – INTERDIÇÃO

§ 38.	O instituto da curatela	458
353.	Introito	458
354.	Questões relevantes sobre a interdição	458
355.	Disposições da Lei nº 13.146/2015 que impactam o procedimento fixado nos arts. 747 e seguintes do CPC/2015	459
	I – A “nova” curatela	459
	II – Artigos do Código Civil revogados pelo CPC/2015 e ripristinados pela Lei nº 13.146/2015	460
	III – Interdição ou simplesmente curatela	462
§ 39.	O procedimento da interdição	464
356.	Natureza jurídica da interdição	464
357.	Competência	464
358.	Legitimidade	464
	I – Legitimidade passiva	464
	II – Legitimidade ativa	466
	III – Legitimidade do Ministério Público	466
	IV – Legitimidade do tutor	467
	V – Legitimidade do cônjuge e de parente	467
	VI – Legitimidade do representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando	467
	VII – A autointerdição	467
359.	Petição inicial	467
360.	Procedimento	468
	I – Entrevista	468
	II – Impugnação	469
	III – Das provas	470
361.	Sentença	471
	I – Conteúdo	471
	II – Nomeação do curador	471
	III – Efeitos da sentença	472
362.	Eficácia da sentença sobre atos do interditando	472
363.	Rescisória	473
364.	Levantamento da interdição	473
365.	Investidura dos curadores	473
366.	Remoção de curador	474

§ 40.	A tomada de decisão apoiada	475
367.	A nova medida protetiva de pessoas em situação de vulnerabilidade	475
368.	Procedimento	475
	I – Legitimidade	475
	II – Petição inicial	476
	III – Processamento.....	476
	IV – Efeitos da decisão que acolhe o pedido.....	476
	V – Desfazimento da medida de apoio	476
	VI – Obrigações do apoiador	476

CAPÍTULO XXV – DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA

§ 41.	Generalidades	477
369.	Introito	477
370.	Disposições comuns à nomeação de tutor e curador.....	477

CAPÍTULO XXVI – ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

§ 42.	Procedimento da organização e fiscalização das fundações	481
371.	Conceito de fundação.....	481
372.	Procedimento da instituição da fundação	481
373.	Estatutos confiados à elaboração de terceiro.....	482
374.	Alteração do estatuto	483
375.	Extinção da fundação	483

CAPÍTULO XXVII – RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO

§ 43.	Procedimento	485
376.	Introito.....	485
377.	Conceito	485
378.	Objetivo	486
379.	Procedimento	487
	I – Introdução	487
	II – Petição inicial	487
	III – Audiência.....	488
	IV – Decisão	488

CAPÍTULO XXVII-A – USUCAPIÃO

§ 43-A.	Reconhecimento extrajudicial de usucapião sobre imóvel	491
379-A.	Ação de usucapião e reconhecimento extrajudicial de aquisição da propriedade imobiliária por meio de usucapião.....	491
379-B.	Procedimento extrajudicial do reconhecimento de usucapião.....	492
379-C.	Julgamento do procedimento administrativo	495
	I – Conversão em procedimento judicial.....	495
	II – Indeferimento do pedido pelo Oficial do Registro de Imóveis	495
	III – Deferimento do pedido pelo registrador	495
379-D.	Cabimento do procedimento extrajudicial.....	495
379-E.	Competência.....	496

Parte III – A Arbitragem no Direito Brasileiro**CAPÍTULO XXVIII – O JUÍZO ARBITRAL**

§ 44. Procedimento da arbitragem	499
380. O juízo arbitral no direito brasileiro	499
I – Introito	499
II – A Lei de Arbitragem	500
I – Disposições gerais	501
381. Disposições gerais	501
381-A. A arbitragem e as garantias constitucionais do processo	503
382. Convenção de arbitragem	503
383. Cláusula compromissória	504
384. Requisitos da cláusula compromissória	505
384.1. Cláusula compromissória e contrato de consumo	505
384.2. Cláusula compromissória e contratos de franquia	506
384.3. Cláusula compromissória e pacto antenupcial e contrato de união estável	506
384.4. Financiamento da arbitragem com recursos de terceiros	507
385. Execução da cláusula compromissória	507
I – Implantação do juízo disciplinada na cláusula compromissória	507
II – Omissão na cláusula compromissória sobre o juízo arbitral	507
III – Execução forçada da cláusula arbitral	508
386. Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”	508
387. Direito intertemporal	509
388. Autonomia da cláusula compromissória	511
389. Compromisso arbitral	511
I – Celebração do compromisso	511
II – Elementos essenciais	512
III – Elementos complementares	512
390. Extinção do compromisso arbitral	512
391. Os árbitros	513
I – Designação	513
II – Deveres	513
III – Substituição	514
392. O procedimento	514
I – Garantias fundamentais	514
II – Instauração do procedimento	515
III – Deliberações iniciais	515
IV – Conflito de competência	515
V – Rito a ser observado	516
VI – Ausências na atividade arbitral: efeitos	516
VII – Procedimento eletrônico	517
VIII – Litigância de má-fé	517
392-A. Juízo arbitral e mediação	517
I – Tentativa de conciliação	517
II – Cláusula escalonada	517
III – Outras disposições da Lei da Mediação acerca da cláusula escalonada	519

	IV – Suspensão do procedimento arbitral iniciado em desconformidade com cláusula escalonada ou equivalente	519
393.	Tutelas cautelares e de urgência	520
	I – A tutela provisória e o juízo arbitral	520
	II – A atuação do juiz de direito	521
	III – A produção antecipada de provas	522
394.	Carta arbitral.....	522
	I – Função	522
	II – Instrução	522
	III – Cumprimento	523
	IV – Cooperação internacional.....	523
395.	Sentença arbitral.....	524
396.	Requisitos da sentença arbitral.....	524
396-A.	Execução da sentença arbitral e descon sideração da personalidade jurídica	525
397.	Recursos	525
398.	Nulidade da sentença arbitral.....	526
	I – Hipóteses	526
	II – Competência	527
	III – Prazo para impugnação.....	527
	IV – Nulidade absoluta e nulidade relativa da sentença arbitral	527
	V – Sentença arbitral complementar	528
399.	Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	528
	I – Homologação.....	528
	II – Negativa de homologação: hipóteses	528
	III – Informações complementares.....	529
399-A.	Superação de alguns problemas enfrentados pela sentença estrangeira.....	530
	I – Ofensa à ordem pública.....	530
	II – Convenção arbitral escrita.....	530
	III – A forma da convenção e a ordem pública.....	531
400.	Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro.....	531
401.	Visão comparatística da evolução do papel da arbitragem na composição de conflitos...	532
	401.1. A arbitragem e a Administração Pública	534
	401.2. Destaques do regime da Lei nº 13.129/2015	534
	I – Aspectos subjetivos	534
	II – Aspectos objetivos	535
	III – Sede de arbitragem.....	536
	IV – Lei aplicável.....	536
	V – Escolha do árbitro e da câmara de arbitragem	536
	VI – Publicidade.....	536
	VII – Idioma	536
402.	Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial.....	537
402-A.	Coexistência de cláusula compromissória, procedimento judicial e mediação.....	537
402-B.	Conflito de competência entre juízo cível e juízo arbitral	538
403.	Alegação em juízo de convenção de arbitragem	539
403-A.	Possibilidade de invalidação da cláusula compromissória pelo Judiciário.....	539
403-B.	Cláusula compromissória e contratos coligados.....	541
403-C.	Cláusula arbitral e sub-rogação de direitos do contratante em favor de terceiro.....	541

403-D. Cláusula compromissória e grupos econômicos.....	542
403-E. Conflito de competência entre tribunais arbitrais.....	543

Parte IV – Juizado Especial Civil

CAPÍTULO XXIX – AS PEQUENAS CAUSAS E O ACESSO À JUSTIÇA

§ 45. Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas	547
404. Introito.....	547
405. Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?	548
406. Criação do Juizado Especial	549
407. Princípios informativos.....	549
408. Princípio da oralidade	549
409. Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial.....	550
410. Conciliação	551
411. A facultatividade do Juizado Especial	552
412. O Juizado Especial Civil.....	553
413. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	553
414. O Juizado Especial Civil e o Código de Processo Civil.....	554
I – Normas gerais.....	554
II – Normas específicas	554
415. O Juizado Especial e o incidente de resolução de demandas repetitivas	555
§ 46. O órgão julgante: competência e composição	557
416. Competência.....	557
I – Critério do valor da causa	557
II – Critério <i>ratione materiae</i>	557
III – Causas cíveis de menor complexidade	558
417. Foro competente.....	558
418. Conflito de competência	559
419. Competência para execução forçada	559
420. Limitações à competência.....	559
421. O órgão julgante.....	560
422. Distribuição de funções: tarefa do juiz.....	561
423. Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores.....	561
424. O júízo arbitral	562
§ 47. Partes.....	563
425. Legitimação <i>ad causam</i>	563
426. Legitimação <i>ad processum</i>	563
427. Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	564
428. Intervenção do Ministério Público	565
§ 48. Os atos processuais e o procedimento	566
429. Os atos processuais e sua forma	566
430. O procedimento	566
431. A propositura da ação.....	567
432. Citações e intimações	567

433.	Requisitos da citação	568
434.	Intimações.....	568
435.	A audiência de conciliação, instrução e julgamento	568
436.	A resposta do réu	569
437.	As provas.....	570
§ 49.	A sentença e os recursos.....	571
438.	A sentença.....	571
439.	Recursos	571
	I – Recurso inominado.....	571
	II – Recurso extraordinário	572
	III – Recurso contra decisão interlocutória.....	572
	IV – Embargos declaratórios.....	572
	V – Processamento	573
440.	Mandado de segurança.....	574
441.	Uniformização de jurisprudência	575
	441.1. Competência para a reclamação	576
442.	Extinção do processo.....	576
§ 50.	Execução e disposições especiais	578
443.	Execução forçada.....	578
	I – Execução de título judicial	578
	II – Execução de título extrajudicial.....	579
444.	As despesas processuais no Juizado Especial Civil	579
445.	Curadorias e assistência judiciária.....	580
446.	Acordos extrajudiciais	580
447.	Ação rescisória.....	580
448.	Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	580

CAPÍTULO XXX – O JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

§ 51.	As pequenas causas na Justiça Federal.....	583
449.	A instituição do Juizado Especial Federal.....	583
450.	Disciplina legal	583
451.	Princípios informativos.....	583
452.	Competência absoluta	584
453.	Conflito de competência.....	584
§ 52.	Órgão judicante	585
454.	Composição do órgão judicante.....	585
455.	Sessão de conciliação.....	585
456.	Competência.....	585
457.	Conflito de competência.....	586
458.	Causas de competência dos Juizados Especiais Federais.....	586
§ 53.	Partes.....	588
459.	Legitimação.....	588
460.	Intervenção de terceiros e litisconsórcio.....	588
461.	Ministério Público	588
462.	<i>Jus postulandi</i> e representação das partes	588

§ 54. Atos processuais e procedimento	590
463. Princípios	590
464. Atos de comunicação processual	590
465. Uso de meios eletrônicos.....	590
466. Prazos.....	590
467. Petição inicial.....	590
468. Resposta.....	591
469. Exceções	591
470. Sessão de conciliação.....	591
471. Instrução probatória	591
472. A sentença e as máximas de experiência	592
473. Reexame necessário	592
§ 55. Sistema recursal	593
474. Recursos no Juizado Especial	593
475. Recurso especial e recurso extraordinário.....	593
476. Incidente de uniformização de jurisprudência	593
§ 56. Execução e medidas preventivas	595
477. Execução.....	595
478. Medidas cautelares	595
479. Antecipação de tutela.....	595
479-A. Demonstrativo do débito exequendo atualizado	596

CAPÍTULO XXXI – OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

§ 57. As pequenas causas da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, Distrito Federal, territórios e Municípios	598
480. A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	598
481. Disciplina legal	598
482. Competência absoluta	598
§ 58. Órgão judicante	600
483. Composição do órgão judicante	600
484. Competência.....	600
§ 59. Partes	602
485. Legitimação.....	602
486. Ministério Público	602
487. Representação das partes	602
§ 60. Atos processuais e procedimento	603
488. Atos de comunicação processual e prazos	603
489. Petição inicial, citação e resposta	603
490. Audiência de conciliação	603
491. Instrução probatória	603
492. Sentença e recurso de ofício	604
493. Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	604

§ 61. Sistema recursal	605
494. Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	605
495. Uniformização de jurisprudência	605
496. Causas repetitivas.....	605
I – Incidente de uniformização submetido ao STJ	605
II – Incidente de resolução de demandas repetitivas	606
497. Medidas de urgência.....	606
§ 62. Sistema de execução de sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	607
498. Cumprimento da sentença.....	607
499. Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa	607
500. Obrigações de quantia certa	607
500.1. Limite legal das requisições de pequeno valor.....	608

Parte V – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados Fora do Código de Processo Civil

CAPÍTULO XXXII – AÇÕES CONSTITUCIONAIS

§ 63. A Constituição e o processo	611
501. O direito processual constitucional	611
502. Os fundamentos do direito processual constitucional.....	611
§ 64. Mandado de segurança.....	613
503. Conceito	613
504. Natureza da ação	613
505. Legitimação ativa	614
506. Legitimação passiva	614
I – Pessoa jurídica na relação processual	614
II – Autoridade coatora: como identificá-la?	616
507. Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança	617
508. Ato de autoridade judicial.....	617
509. Ato sujeito a recurso administrativo.....	618
510. Litisconsórcio	619
511. Assistência.....	619
512. Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo.....	620
513. Procedimento	620
I – Petição inicial.....	620
II – Notificação.....	621
III – Revelia.....	621
IV – Sentença.....	621
514. Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante	622
515. Liminar	622
516. Suspensão da segurança	624
517. Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança.....	625
518. Competência.....	625
519. Desistência do mandado de segurança	627
520. Sentença e coisa julgada	627
521. Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009.....	628

§ 65. Mandado de segurança coletivo	632
522. Conceito	632
523. Direitos coletivos e direitos difusos	632
524. Legitimação ativa	633
525. Legitimação passiva	634
526. Procedimento e competência	634
527. Liminar	635
527-A. Execução.....	635
§ 66. Mandado de injunção	637
528. Conceito	637
I – Ação constitucional de mandado de injunção	637
II – O problema da inconstitucionalidade por omissão	637
III – A ação direta de inconstitucionalidade e o mandado de injunção.....	637
IV – Omissão normativa praticada pela Administração	638
529. Objeto	638
530. Pressupostos.....	640
I – Omissão normativa inconstitucional.....	640
II – Omissão total e omissão parcial.....	640
III – Casos de inadmissibilidade do mandado de injunção	641
IV – Comprometimento da eficácia da norma constitucional não regulamentada.....	642
V – Perda de objeto da ação de injunção	643
531. Legitimação.....	643
I – Observações gerais.....	643
II – Legitimação ativa	643
III – Litisconsórcio ativo	644
IV – Legitimação passiva	644
532. Competência.....	645
I – Na esfera federal	645
II – Na esfera estadual	646
533. Procedimento	646
I – Petição inicial.....	646
II – Documentos fora do alcance do impetrante.....	646
III – Pedido (objeto do processo)	647
IV – Prazo para ajuizamento do mandado de injunção	647
V – Julgamento do mandado de injunção	647
VI – Não se trata, entretanto, de ação de cobrança	648
VII – Coisa julgada	649
VIII – Renovação da ação de mandado de injunção.....	649
533.1. Visão esquemática do procedimento do mandado de injunção.....	650
533-A. Desistência da ação de mandado de injunção.....	650
533-B. Intervenção do Ministério Público	651
533-C. Medida liminar.....	651
533-D. Limites subjetivos da eficácia do deferimento da injunção.....	652
533-E. Ampliação dos limites subjetivos da injunção	652
533-F. Condições para obter a extensão erga omnes da decisão	653
533-G. “Provisoriedade” do provimento editado no julgamento do mandado de injunção	654

533-H. Recursos	655
533-I. Mandado de injunção coletivo	655
533-J. Limites subjetivos da coisa julgada formada no mandado de injunção coletivo.....	656
533-K. Litispendência.....	657
§ 67. Habeas data.....	660
534. Conceito	660
535. Natureza jurídica.....	661
536. Legitimidade e interesse	661
537. Objeto do <i>habeas data</i>	662
538. Competência.....	662
539. Procedimento	663
540. Cumprimento da sentença.....	664
541. Coisa julgada.....	664
§ 68. Ação popular	666
542. Conceito	666
543. Requisitos	666
544. Atos atacáveis pela ação popular.....	667
544-A. Ação popular e políticas públicas relacionadas com concessões de serviços públicos...	667
545. Legitimação.....	668
546. Procedimento	668
547. Sentença.....	669
548. Coisa julgada.....	669
549. Execução.....	669
550. Prescrição	670
§ 68-A. Ações diretas de controle de constitucionalidade.....	671
550-A. Controle concentrado de constitucionalidade	671
550-B. Ação direta de inconstitucionalidade (ADI)	672
I – Competência	672
II – Legitimação	672
III – Objeto	673
IV – Procedimento	673
V – Medida cautelar.....	674
VI – Julgamento final	674
VII – Efeitos.....	674
VIII – Modulação temporal dos efeitos da ADI	674
550-C. Ação declaratória de constitucionalidade (ADC).....	675
I – O escopo do remédio constitucional	675
II – Competência	675
III – Legitimação.....	676
IV – Objeto	676
V – Procedimento.....	676
VI – Medida cautelar	676
VII – Julgamento final.....	676
550-D. Ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	677
550-E. Ação direta interventiva (AI)	677

I – Conceito e objetivo	677
II – Natureza	677
III – Legitimação	678
IV – Procedimento	678
CAPÍTULO XXXIII – AÇÕES COLETIVAS	
§ 69. Ação civil pública e outras ações coletivas.....	680
551. Histórico.....	680
552. Direito material coletivo e direito processual coletivo.....	681
553. Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública.....	682
554. Objeto da ação civil pública.....	682
555. Ações coletivas possíveis após o CDC.....	685
I – Direitos individuais homogêneos	685
II – Direitos difusos e coletivos.....	686
III – Procedimento único.....	686
IV – Edital para conhecimento de terceiros interessados.....	688
556. Legitimação.....	688
556-1. Substituição da entidade autora no curso do processo.....	690
556-A. Legitimação de pessoa jurídica de direito público.....	690
557. Ação coletiva por meio de associação	691
I – Defesa dos direitos coletivos e dos individuais homogêneos	691
II – Defesa coletiva de direitos dos associados.....	692
III – A associação e a ação civil pública	693
558. Ações coletivas promovidas por sindicatos	693
I – Representação ou substituição processual?	693
II – Execução da sentença em ações ajuizadas pelo sindicato: requisitos	694
559. O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos.....	695
559-A. Tutela pelo Ministério Público de direitos individuais indisponíveis.....	698
559-B. Custeio da perícia na ação civil pública movida pelo Ministério Público.....	699
560. Inquérito civil	699
I – Função	699
II – Natureza.....	700
III – Instauração e procedimento	700
560-A. Ação civil pública e políticas públicas	701
560-B. Negócio jurídico processual em ação civil pública.....	704
561. Competência.....	705
562. Procedimento	705
562.1. Regime especial das despesas com as provas necessárias na ação civil pública...	706
563. Liminar	706
563-A. Remessa necessária	707
563-B. Verba advocatícia sucumbencial.....	707
563-C. Cabimento da imposição de <i>astreinte</i>	708
564. Coisa julgada.....	708
564.1. Cientificação dos beneficiários individuais da sentença coletiva.....	711
565. Execução.....	711
565.1. Prescrição da execução individual da sentença coletiva.....	713

565.2. Alienação do imóvel objeto de tutela ao meio ambiente	714
566. Execução coletiva por meio de sindicato ou associação	715
566.1. Cumprimento de sentença coletiva: o <i>fluid recovery</i> e as associações	715

CAPÍTULO XXXIV – AÇÕES LOCATÍCIAS

§ 70. Generalidades	718
567. Dos procedimentos e suas disposições gerais	718
568. Tramitação durante as férias forenses	718
569. Competência do <i>forum rei sitae</i>	719
570. Valor da causa.....	719
571. Atos de comunicação processual	720
572. Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias	721
572-A. Cobrança de aluguéis e encargos da locação.....	721
§ 71. Ação de despejo	723
573. Natureza	723
574. A força executiva do procedimento.....	724
575. A liminar na ação de despejo	725
576. Legitimação.....	726
577. Documentação da petição inicial.....	726
578. Concordância do locatário com a pretensão do locador	727
579. Denúncia vazia	727
580. Denúncia cheia.....	728
§ 72. Ação de despejo por falta de pagamento	730
581. Cabimento.....	730
582. Consequência da cumulação de pedidos.....	730
583. Purga da mora	731
584. Reiteração abusiva da purga da mora.....	732
585. Purga da mora e contestação	732
§ 73. Execução da sentença de despejo	735
586. Desocupação voluntária.....	735
587. Execução forçada.....	735
588. Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel.....	736
589. Execução provisória e caução.....	736
590. Abandono do imóvel pelo locatário	736
§ 74. Ação de consignação de aluguel e acessórios da locação	738
591. Cabimento.....	738
592. Legitimação.....	738
593. Pressupostos.....	738
594. Procedimento	739
595. Petição inicial.....	739
596. Depósito judicial	739
597. Prestações vincendas	739
598. Revelia.....	739

599.	Contestação.....	739
600.	Reconvenção.....	740
601.	Complementação do depósito após a contestação.....	740
602.	Levantamento do depósito.....	740
§ 75. Ação revisional de aluguel.....		742
603.	Cabimento.....	742
604.	Natureza.....	742
605.	Legitimação.....	742
606.	Procedimento.....	742
607.	Petição inicial.....	743
608.	Aluguel provisório.....	743
609.	Contestação.....	745
610.	Sentença.....	745
	610.1. Critérios a observar no arbitramento judicial de novo aluguel.....	746
611.	Verbas de sucumbência.....	747
612.	Execução de sentença.....	747
613.	Acordo de desocupação.....	747
§ 76. Ação renovatória.....		750
614.	Cabimento.....	750
615.	Natureza jurídica.....	750
616.	Legitimação.....	751
617.	Procedimento.....	752
618.	Petição inicial.....	752
619.	A defesa do locador.....	755
620.	Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais.....	755
621.	Defesa baseada no valor real da locação.....	755
622.	Defesa baseada em melhor proposta de terceiro.....	756
623.	Retomada para construção ou reconstrução.....	756
624.	Retomada para uso próprio.....	757
625.	Aluguel provisório.....	757
626.	Sentença.....	757
627.	Sentença de retomada.....	759
628.	Execução de sentença.....	759
629.	Indenização de perdas e danos.....	760

CAPÍTULO XXXV – AÇÕES DECORRENTES DE *LEASING*
E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

§ 77.	Alienação fiduciária em garantia.....	763
630.	Introdução.....	763
	630.1. A propriedade do devedor fiduciante como requisito da constituição da garantia real em favor do credor fiduciário.....	764
631.	Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis).....	765
632.	Busca e apreensão.....	766
	632.1. Consequências da improcedência da ação de busca e apreensão.....	770
	632.2. Alcance da sentença de mérito na ação de busca e apreensão.....	770

633.	Legitimação ativa para a ação de busca e apreensão	771
634.	Ação de depósito	771
635.	Ação de execução	772
635-A.	Conversão da busca e apreensão em execução: valor exequível	772
635-B.	Autotutela executiva na realização do crédito garantido por alienação fiduciária.....	773
636.	Execução da alienação fiduciária de bem imóvel	774
	I – Regime substancial.....	774
	II – Regime processual	775
	636.1. Purga da mora na execução de imóvel alienado fiduciariamente	776
	636.2. Despesas condominiais e tributos incidentes sobre o imóvel alienado fiduciariamente	779
636-A.	Taxa de ocupação	779
636-B.	Inoponibilidade, ao comprador do imóvel, da hipoteca, ou da alienação fiduciária contratadas pelo construtor junto ao financiador da obra	780
636-C.	Recuperação judicial e falência do devedor alienante.....	781
636-D.	Inaplicação do direito de arrependimento do compromisso de compra e venda de imóvel, com restituição de prestações pagas	783
636-E.	Opção entre a execução especial da Lei n° 9.514/1997 e a execução de título extrajudicial.....	784
§ 78.	Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	789
637.	Noção de arrendamento mercantil.....	789
	637.1. Descaracterização do contrato de <i>leasing</i>	789
638.	Ações decorrentes do <i>leasing</i>	790
	638.1. Despesas com o depósito do bem arrendado.....	793
638-A.	Arrendamento mercantil e usucapião pelo devedor arrendatário	793
639.	Aspecto tributário	794
	Bibliografia	797
	Índice dos Fluxogramas	817

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração
do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil brasileiro.
Doutor. Advogado (Parecerista).

Vol. III

CURSO de DIREITO PROCESSUAL CIVIL

57^a | revista,
atualizada
e ampliada
edição

- Execução Forçada
 - Cumprimento de sentença
 - Execução de títulos extrajudiciais
- Processos nos Tribunais
- Recursos
- Direito Intertemporal



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
 - Fechamento desta edição: 17.01.2024
 - O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
 - **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
 - Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editores Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
 - Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- 1ª edição – 1989
57ª edição – 2024
- Capa: Fabricio Vale
 - **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T355c
57. ed.
v. 3

Theodoro Júnior, Humberto
Curso de direito processual civil / Humberto Theodoro Júnior. - 57. ed. - Rio de Janeiro : Forense, 2024.
1.192 p. ; 24 cm. (Curso de direito processual civil : 3)

Inclui bibliografia
Inclui índice dos fluxogramas
ISBN 978-65-5964-989-1

1. Direito processual civil - Brasil. I. Título. II. Série.

24-87614

CDU: 347.9(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

Índice da Matéria

PROCESSO DE EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

Parte I

As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro

CAPÍTULO I – PANORAMA DAS VIAS EXECUTIVAS

§ 1º A abolição da ação de execução de sentença	3
1. Introdução.....	3
2. O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo	4
3. A história da execução forçada no direito antigo de origem românica.....	6
4. O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno	7
5. A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	8
6. A história da eliminação da <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias no direito brasileiro	9
7. Algumas reações à abolição completa da <i>actio iudicati</i>	11
8. Observações conclusivas.....	13

CAPÍTULO II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

§ 2º Disposições gerais	16
9. Introdução.....	16
10. A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados.....	17
11. Cumprimento de sentença e contraditório	19
12. Necessidade de requerimento do exequente	19
13. Intimação do devedor.....	20
I – Regra geral.....	20
II – Exceções abertas pela própria lei	22
III – Intimação presumida	22
IV – Inatividade processual longa	22
V – Prazo da intimação.....	23
14. Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários	23
15. Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	23
16. A possibilidade de execução com base em sentença declaratória ou constitutiva	25
17. Tutela interdital como padrão	27
18. Cumprimento por iniciativa do devedor	28
19. Sucumbência.....	29

I – Regime do atual Código	29
II – Sucumbência na impugnação ao cumprimento da sentença.....	29
III Base de cálculo da verba advocatícia	29
IV – Despesas e custas do cumprimento de sentença.....	30
20. Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	30
I – Noção de condição e termo	30
II – Restrições doutrinárias às sentenças condicionais.....	30
III – Admissibilidade legal da sentença condicional.....	31
21. Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	32
21-A. Cumprimento de sentença no caso de substituição processual.....	33
§ 3º Os títulos executivos judiciais	34
22. Enumeração legal.....	34
23. Medidas preparatórias especiais.....	35
24. Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão inter- locutória estrangeiras	36
25. Encerramento do cumprimento da sentença.....	37
26. Sentença condenatória civil.....	37
27. Sentença condenatória contra a Fazenda Pública.....	39
28. Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	39
29. Ação declaratória e prescrição.....	40
30. Decisão homologatória de autocomposição.....	41
I – Autocomposição judicial.....	41
II – Amplitude subjetiva da autocomposição judicial.....	42
III – Procedimento executivo	43
IV – Autocomposição extrajudicial	43
31. ● formal e a certidão de partilha	44
32. Crédito de auxiliar da justiça	44
33. Sentença penal condenatória.....	45
I – Força civil da sentença penal	45
II Requisitos da execução civil da sentença penal	45
III Condenação civil provisória no bojo da sentença penal.....	46
IV Legitimação para a execução civil da sentença penal.....	46
V – Penhorabilidade do bem de família	47
34. Sentença arbitral.....	47
35. Decisão estrangeira.....	48
I – Sentença estrangeira	48
II – Decisão interlocutória estrangeira.....	49
III Sentença oriunda de país-membro do Mercosul	49
§ 4º Particularidades de alguns títulos executivos judiciais.....	51
36. Condenações a prestações alternativas	51
37. Julgamento fracionado da lide	51
38. Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória	52
39. Protesto da decisão judicial transitada em julgado	52
I – A sentença como título protestável	52
II – Procedimento do protesto.....	53
III – Pagamento no cartório de protesto.....	53

IV	Cancelamento do protesto	54
V	Superveniência de ação rescisória	54
VI	Inscrição em cadastro de inadimplentes	54
§ 5º	competência	55
40.	Juízo competente para o cumprimento da sentença	55
41.	Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença	55
42.	Competência opcional para o cumprimento da sentença	56
43.	Competência para cumprimento da sentença arbitral	57
44.	Competência para execução do efeito civil da sentença penal	58
45.	Competência internacional	58
§ 6º	Defesa do devedor	60
46.	Impugnação do executado	60
47.	Extensão do sistema de impugnação ao cumprimento de sentença relativa a todas as modalidades de obrigação	60
48.	Ausência de preclusão	61
49.	Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação	61
50.	Natureza jurídica da impugnação	62
51.	Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	62
	I – Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia	63
	II Ilegitimidade de parte	64
	III Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	64
	A) Generalidades	64
	B) Excesso de execução	65
	C) A inexigibilidade da obrigação reconhecida em sentença inconstitucional (art. 525, §§ 12 a 15)	65
	C.1) Noções gerais	65
	C.2) A inconstitucionalidade e a injustiça da sentença	66
	C.3) A constitucionalidade do regime traçado pelo CPC/2015 para reconhecimento da inconstitucionalidade da sentença	66
	C.4) Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade	69
	C.5) Síntese do sistema codificado para a defesa do executado, diante da sentença inconstitucional	70
	C.6) Direito intertemporal em matéria de arguição de inconstitucionalidade	70
	C.7) E como fica a ofensa direta e manifesta à própria Constituição?	71
	IV Penhora incorreta ou avaliação errônea	72
	V Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	72
	(a) Quando o exequente pleiteia quantia superior à prevista na sentença	72
	(b) Quando recai a execução sobre coisa diversa daquela declarada na sentença	73
	(c) Quando se processa a execução de modo diferente do que foi determinado no título	73
	(d) Quando o exequente, sem cumprir a prestação que lhe corresponde, exige o adimplemento da do executado	73
	(e) Se o credor não provar que a condição se realizou	74
	(f) Requisito especial da arguição de excesso de execução	74
	VI – Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	75
	VII – Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença	75

52.	O cumprimento da sentença e a prescrição.....	76
52.1.	Um caso particular de prescrição.....	79
53.	Impedimento ou suspeição do juiz.....	80
54.	Executados com diferentes procuradores.....	81
55.	Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante à obrigação de quantia certa	81
56.	Efeito da impugnação	81
57.	O problema da iliquidez da sentença	82
58.	As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado.....	83
59.	Procedimento da impugnação	83
60.	Instrução probatória	84
61.	Julgamento da impugnação	84
62.	Coisa julgada	84

CAPÍTULO III – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

§ 7º	Noções introdutórias.....	86
63.	Noção de obrigação por quantia certa	86
64.	Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia	86
65.	Requerimento do credor	87
	I – Iniciativa do credor	87
	II – Iniciativa do devedor.....	87
66.	Intimação do devedor	88
	I – Regra geral.....	88
	II – Exceções.....	88
	III – Intimação presumida	89
	IV – Inatividade processual longa	89
	V – Prazo da intimação.....	89
67.	Inexecutividade do fiador e outros coobrigados	89
§ 8º	Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	91
68.	Cabimento.....	91
69.	Multa legal e honorários de advogado	91
	I – Multa legal.....	91
	II – Multa na execução de sentença arbitral e outras decisões	92
	III – Multa e honorários de advogado na execução provisória.....	92
	IV – Quando cabe a verba honorária e como arbitrá-la.....	93
	V – Depósito do quantum devido, antes de recorrer da sentença exequenda	93
	VI – Execução sem multa	94
	VII – Requerimento do credor.....	94
	VIII – Intimação do executado	94
70.	Contagem do prazo para pagamento	94
	70.1. Prazo de pagamento e litisconsórcio passivo	95
71.	Penhora e avaliação.....	96
72.	O procedimento executivo.....	96
73.	Requisitos do requerimento inicial do cumprimento da sentença.....	97
	I – Dados necessários do requerimento.....	97

II – Nomeação dos bens a penhorar.....	97
III – Definição do quantum exequendo.....	97
IV – Demonstrativo que dependa de dados extra-autos	97
V – Impugnação do devedor ao cumprimento da sentença	98
74. Defesa do executado.....	98
75. Cumprimento de sentença por iniciativa do devedor.....	98
76. Parcelamento da dívida.....	98
77. Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório.....	98

§ 9º Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	100
78. Noções introdutórias	100
79. Fundamentos da execução provisória	100
80. Execução de título extrajudicial embargada.....	101
81. Situação do tema no Código atual.....	101
82. Normas básicas da execução provisória.....	103
83. Casos de dispensa de caução	106
84. Novas regras relativas ao cumprimento provisório	107
85. Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar	108
86. Incidentes da execução provisória	108
87. Procedimento do cumprimento provisório.....	108
88. Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença.....	109

CAPÍTULO IV – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS DE OBRIGAÇÃO DE QUANTIA CERTA SOB REGIME ESPECIAL

§ 10. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	111
89. A ação de alimentos e a evolução da técnica de cumprimento da sentença	111
90. Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos	111
91. Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia.....	112
I – Competência.....	112
II – Averbação em folha de pagamento.....	113
III – Protesto da decisão judicial.....	114
IV – Prisão civil do executado.....	114
V – Cumprimento da decisão definitiva e da decisão provisória que fixa alimentos....	115
VI – Crime de abandono material.....	116
VII – Pensionamento decorrente de ato ilícito	116
92. Sentenças de indenização por ato ilícito	116
93. Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento	118
94. Pensionamento em salários mínimos	119
§ 11. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	121
95. Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública	121
96. Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	121
I – Execução por quantia certa sem penhora e expropriação	121
II – Execução de outras obrigações da Fazenda Pública	122

	III Execução de obrigações de fazer. Políticas públicas.....	122
	IV – Ações estruturais na ótica do STJ.....	124
97.	Procedimento	124
	I Requerimento do exequente.....	124
	II Execução contra a Fazenda Pública no Juizado Especial	125
	III – Intimação da Fazenda executada	125
	IV – Expedição do precatório	125
	V – Créditos de alimentos.....	126
	VI – Parcelamento do precatório (CF, art. 100, § 20 – incluído pela EC nº 94/2016)	127
	VII – Financiamento de parte dos precatórios e obrigações de pequeno valor (CF, art. 100, § 19 incluído pela EC nº 94/2016).....	127
	VIII – A importância da ordenação cronológica dos precatórios na execução contra a Fazenda Pública.....	127
	IX – Utilização de créditos, do interessado ou de terceiros, para quitação de débitos junto à União, Autarquias e Fundações Federais.....	129
98.	Defesa da Fazenda.....	130
	I – Temas discutíveis.....	130
	II – Alguns destaques.....	130
	III – Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento do juízo.....	131
	IV – Duplo grau obrigatório.....	132
	V – Atribuições do Presidente do Tribunal na execução da Fazenda Pública.....	132
	VI – Impugnações e revisões de cálculo perante o Tribunal e perante o juízo da execução.....	133
99.	Execução provisória.....	134
	99.1. Execução definitiva sob forma de precatório.....	134
	99.2. Execução definitiva na modalidade “requisição de pequeno valor”.....	136
	99.3. Requisição de pequeno valor em caso de crédito alimentar “superpreferencial”.....	137
	99.4. Limites do poder normativo dos estados-membros na disciplina dos requisitórios de pequeno valor	138
	99.5. Pagamento do precatório em parcelas ou por acordo direto.....	138
	99.6. Opção do credor pelo regime das pequenas causas (RPV).....	139
100.	Sequestro de verbas públicas	139
	100.1. Procedimento do sequestro.....	140
101.	Exceções ao regime dos precatórios	141
101-A.	Acordo para pagamento com desconto de precatórios federais	141
102.	Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais	143
103.	Credores litisconsorciados.....	143
104.	Possibilidade de fracionamento do precatório.....	144
105.	Cessão e compensação no âmbito dos precatórios.....	146
106.	Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta.....	147
107.	O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários.....	148
108.	Procedimento para obtenção do precatório complementar.....	150
108-A.	Gestão dos recursos destinados ao cumprimento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV)	150
108-B.	Acordos diretos para pagamento de precatórios no âmbito da União	152

**CAPÍTULO V – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A
EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER
OU DE ENTREGAR COISA**

§ 12. Noções introdutórias ao cumprimento das decisões sobre obrigações de fazer e de não fazer.....	154
109. Noção de obrigação de fazer e não fazer.....	154
110. Execução específica e execução substitutiva	155
I – Técnica processual na legislação atual (tutela específica e tutela subsidiária)	155
II – Fungibilidade de certas obrigações de fazer e não fazer: equivalente econômico ...	156
111. Correta prestação da tutela substitutiva.....	156
112. Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença.....	157
112-A. Conversão em perdas e danos.....	158
113. A multa (<i>astreinte</i>)	158
I – Quando cabe a multa por atraso no cumprimento da sentença	158
II – Arbitramento da multa	159
III Reexame da multa aplicada	160
IV Casos de modificação ou exclusão da multa	160
V A multa e as obrigações personalíssimas.....	161
VI – Multa e preclusão da decisão que a impôs	161
VII – Execução da multa no regime do Código de 1973.....	163
VIII – Execução da multa no regime do atual Código	164
IX – A necessidade de constituir-se um título judicial completo para a execução da multa	164
X Termo inicial e final de incidência da multa	165
XI As <i>astreintes</i> e a tutela provisória	167
XII – Multa diária, correção monetária e juros moratórios	167
114. Defesa do executado	168
§ 13. Procedimento do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer.....	170
115. Execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	170
116. Procedimento do cumprimento de sentença	170
117. Impugnação do executado	171
118. Execução das obrigações de não fazer.....	172
119. Medidas de apoio	173
119-A. Execução de obrigações de fazer e processo estrutural.....	174
§ 14. A sentença que condena ao cumprimento de obrigação de declarar vontade	177
120. Execução das prestações de declaração de vontade.....	177
120-A. Requisitos para exigir em juízo o cumprimento da promessa de contratar.....	178
121. Satisfação da contraprestação a cargo do exequente	179
122. A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade	180
122-A. Adjudicação compulsória extrajudicial.....	181
123. Natureza jurídica da sentença	181
§ 15. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	183
124. Noção de obrigação de dar (entrega de coisa)	183
125. Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	183

I – A generalização da sentença executiva lato sensu	184
II Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa.....	185
126. Tutela substitutiva nas obrigações de dar: o equivalente econômico	185
127. Oportunidade correta para a conversão da tutela específica em tutela substitutiva.....	186
128. Procedimento	187
129. Defesa do executado.....	188
130. Obrigação genérica	188
131. Retenção por benfeitorias	188
132. Multa e outras medidas de apoio na entrega de coisa.....	189
133. Encerramento do processo.....	190

Parte II Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

CAPÍTULO VI PROCESSO DE EXECUÇÃO

§ 16. Princípios gerais da execução forçada.....	193
134. Disposições gerais.....	193
135. Vias de execução	194
136. O processo judicial.....	194
137. Processo de conhecimento e processo de execução	195
138. Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento.....	196
139. Visão unitária da jurisdição	197
140. Realização da sanção: fim da execução forçada	197
141. Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada	198
142. Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos	198
143. Meios de execução	199
143-A. Ampliação do uso dos meios coercitivos pelo CPC/2015	200
144. Autonomia do processo de execução	201
145. Cumprimento da sentença e processo de execução	202
146. Notas sobre a modernização da execução do título extrajudicial	203
147. Opção do credor entre ação ordinária de cobrança e ação de execução	204
§ 17. Princípios informativos da tutela jurisdicional executiva	205
148. Princípios informativos do processo de execução.....	205
149. Princípio da realidade: toda execução é real.....	205
150. Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor...	206
151. Princípio da utilidade da execução.....	206
152. Princípio da economia da execução	206
153. Princípio da especificidade da execução.....	206
154. Princípio dos ônus da execução.....	207
155. Princípio do respeito à dignidade humana.....	208
156. Princípio da disponibilidade da execução	208
157. Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	209
158. Honorários advocatícios na desistência da execução.....	210
§ 18. Formas de execução e atos de execução	212
159. As várias formas de execução.....	212
160. Execução singular e execução coletiva	212

161.	Atos de execução	212
162.	Relação processual executiva.....	214
163.	A citação executiva	215
§ 19.	Execução provisória e definitiva em matéria de execução de título extrajudicial.....	216
164.	Procedimento da execução forçada	216
165.	Observações sobre a petição inicial.....	216
166.	Excepcionalidade da execução provisória de título extrajudicial.....	217
§ 20.	Disposições gerais	219
167.	Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento ao processo de execução	219
168.	Poderes do juiz no processo de execução	219
169.	Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça praticáveis durante o processo de execução	221
170.	Responsabilidade civil decorrente de execução indevida.....	223
171.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	223
CAPÍTULO VII – REQUISITOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO		
§ 21.	Pressupostos e condições da execução forçada.....	225
172.	Pressupostos processuais e condições da ação	225
173.	O título executivo.....	226
174.	Função do título executivo	226
175.	Efeito prático do título executivo.....	227
176.	Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível	228
177.	Formas dos títulos executivos	230
178.	A exigibilidade da obrigação	230
179.	O inadimplemento em contrato bilateral	231
CAPÍTULO VIII – A RELAÇÃO PROCESSUAL E SEUS ELEMENTOS		
§ 22.	Elementos objetivos e subjetivos do processo de execução.....	234
180.	Elementos do processo executivo	234
CAPÍTULO IX – ELEMENTOS SUBJETIVOS (I)		
§ 23.	Partes. Legitimação ativa	235
181.	Nomenclatura.....	235
182.	Legitimação ativa	235
183.	Legitimação ativa originária do credor	235
183-A.	Legitimação do agente de garantia	236
184.	Legitimação extraordinária do Ministério Público	237
185.	Legitimação ativa derivada ou superveniente	237
186.	Espólio.....	238
187.	Herdeiros e sucessores.....	238
188.	Cessionário	239
189.	Sub-rogado.....	239
190.	Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	241
191.	Terceiros interessados.....	241

XVIII CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL Vol. III - *Humberto Theodoro Júnior*

192.	Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente.....	241
§ 24. Legitimação passiva		242
193.	Legitimação passiva	242
194.	Dívida e responsabilidade	242
195.	O devedor	243
196.	Espólio e sucessores.....	244
	I Espólio.....	244
	II – Herdeiros	244
	III – Representação do espólio	244
	IV – Sucessores causa mortis e inter vivos	245
	V – Sucessão entre empresas.....	245
	VI Desconsideração da personalidade jurídica	245
197.	O novo devedor	246
198.	Fiador judicial.....	247
199.	Fiador extrajudicial.....	247
200.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.....	248
201.	Responsável tributário.....	249
202.	Revelia do devedor e curador especial.....	251
§ 25. Litisconsórcio e intervenção de terceiros no processo de execução		253
203.	Litisconsórcio	253
204.	Assistência.....	253
205.	Denúnciação da lide	254
206.	Chamamento ao processo	255
§ 26. Processo cumulativo		257
207.	Cumulação de execuções	257
208.	Cumulação sucessiva de execuções	258
209.	Cúmulo subjetivo	259

CAPÍTULO X – ELEMENTOS SUBJETIVOS (II)

§ 27. O órgão judicial		260
210.	Juízo competente para a execução	260
211.	Execução de sentença	260
212.	Competência para execução de títulos extrajudiciais	260
213.	Competência para a execução fiscal	261
214.	Título executivo extrajudicial estrangeiro	262
215.	Competência para deliberação sobre os atos executivos e os atos de apoio à execução....	262
	I Competência do juiz e atribuições do oficial de justiça	262
	II – Inclusão do executado em cadastro de inadimplentes	263

CAPÍTULO XI – ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (I)

§ 28. Objeto da atividade executiva		264
216.	Bens exequíveis.....	264
217.	Resquícios da execução pessoal	264

§ 29. Responsabilidade patrimonial.....	265
218. Obrigação e responsabilidade	265
219. Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor.....	266
I – Bens presentes e futuros	266
II – Bens excluídos da responsabilidade patrimonial	266
III – Bens de sociedade limitada unipessoal	267
220. Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	267
221. Responsabilidade executiva secundária.....	267
222. Excussão de bens do sucessor singular	268
I – Alienação do bem litigioso	268
II – Ampliação do regime aplicável à alienação do bem litigioso	268
III – Boa-fé do adquirente	269
IV – Posição processual do terceiro adquirente.....	269
V – Necessidade de intimação do terceiro adquirente	270
VI – Defesa do terceiro adquirente.....	270
223. Excussão de bens do sócio.....	270
224. Desconsideração da personalidade jurídica	271
I – Desconsideração direta	271
II – Desconsideração invertida	272
225. Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	272
226. Bens do devedor em poder de terceiros.....	273
227. Excussão de bens de devedor casado ou em união estável: tutela da meação	274
227-A. União estável em regime de separação total de bens	275
228. Bens alienados em fraude à execução e em fraude contra credores.....	275
229. Casos de fraude à execução	277
I – Bens objeto de ação fundada em direito real ou de pretensão reipersecutória.....	277
II – Bens vinculados a processo de execução	278
III – Bens sujeitos à hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial	280
IV – Alienação que produz ou agrava a insolvência do devedor, na pendência do processo.....	280
V – Alienações sucessivas e fraude à execução	281
VI – Demais casos expressos em lei	281
230. Fraude à execução e insolvência do devedor.....	282
I – Particularidades da fraude prevista no inciso IV do art. 792 do CPC/2015	282
II – Jurisprudência formada ao tempo do CPC de 1973	282
III – Regime do CPC de 2015.....	282
IV – Momento de configuração da fraude à execução	283
V – Negócios jurídicos enquadráveis na fraude à execução	284
VI – Defesa do terceiro adquirente	284
231. A fraude por meio de negócio financeiro	284
232. A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude à execução....	285
233. A posição do terceiro adquirente em face da execução	287
234. Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica.....	287
235. Bens sujeitos ao direito de retenção.....	289
236. Excussão de bens do fiador.....	289
237. Bens de espólio.....	290

238.	Execução que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfície	290
238-A.	Execução que envolva o direito real de laje	291
239.	A Lei nº 13.097/2015 e a fraude à execução	291

CAPÍTULO XII – ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (II)

§ 30. Execução de títulos extrajudiciais	295
240. Execução de sentença e ação executiva	295
241. Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	295
§ 31. Títulos executivos extrajudiciais	297
242. Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	297
243. Títulos cambiários e cambiariiformes	298
244. Duplicatas	299
244-A. Cheque	300
245. Responsáveis cambiários	301
I – Tipicidade das obrigações cambiárias	301
II – Transferência de títulos cambiários nas operações de “factoring”	302
III Contrato de mútuo feneratício ajustado por empresa de “factoring”	302
245.1. Fundos de investimento em direitos creditórios	303
246. Documento público ou particular	304
246.1. Documento eletrônico	304
246-A. Decisão do Tribunal de Contas	305
247. O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal	305
248. Contrato com convenção arbitral	306
249. Confissões de dívida	306
250. Contrato de abertura de crédito	307
251. Hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e caução	308
252. Execução hipotecária	310
I Alienação do imóvel hipotecado	310
II – Abandono do imóvel	310
III – Remição pelo adquirente	311
IV – Remição pelo executado	311
V Adjudicação pelo credor	311
VI – Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel	312
252-A. A execução hipotecária extrajudicial do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	312
252-B. A execução hipotecária extrajudicial da Lei nº 14.711/2023	313
I – Procedimento administrativo perante o oficial do registro de imóveis	313
II Leilão público	314
III – Remição da execução	314
IV – Satisfação do direito do exequente	314
V Operações de financiamento da casa própria	315
VI Título da arrematação (Ata notarial)	315
VII – Imissão na posse do credor ou do arrematante. Despesas e encargos	315
253. Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel	315
254. A hipoteca e a prescrição	316
255. Classificação das garantias	317

I – Cauções reais.....	317
II – Cauções fidejussórias	317
255.1. Fiança. Extensão da caução fidejussória.....	318
256. Seguros	318
257. Rendas imobiliárias	319
258. Aluguel de imóvel e encargos acessórios	319
259. Encargo de condomínio.....	320
260. Dívida ativa da Fazenda Pública	320
260-A. Transação resolutiva de litígio relativa à cobrança de crédito da Fazenda Pública Federal	323
261. O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral.....	324
262. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados.....	324
263. Títulos executivos definidos em outras leis.....	324
264. Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título.....	325
265. Títulos estrangeiros.....	327

CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

§ 32. Regras pertinentes às diversas espécies de execução.....	328
266. Organização da matéria no Código de Processo Civil.....	328
267. Direito de preferência gerado pela penhora	328
268. Tutela aos privilégios emergentes da penhora	331
269. A petição inicial.....	331
270. A documentação da petição inicial	331
I – Título executivo extrajudicial	331
II – Prova de que se verificou a condição ou ocorreu o termo	331
III – Demonstrativo do débito atualizado	332
IV – Prova de que adimpliu a contraprestação que lhe corresponde.....	332
271. Outras providências a cargo do credor	332
272. Obrigações alternativas	333
273. Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária, usufruto, uso ou habitação	333
274. Penhora que recaia sobre bem cuja promessa de compra e venda esteja registrada.....	333
275. Penhora de bem sujeita ao regime do direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso.....	334
275-A. Penhora de direitos reais sobre imóvel alheio: direito de superfície e direito de laje	334
275-B. Penhora de cota de bem indivisível	335
276. Penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada	335
277. Medidas acautelatórias	335
278. Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público.....	336
279. Efeito da averbação	337
280. Abuso do direito de averbação	337
281. Petição inicial incompleta ou mal instruída.....	337
281-A. Inscrição do nome do executado em cadastro de inadimplentes.....	338
282. Execução e prescrição.....	338
I – Interrupção da prescrição	338
II – Prescrição intercorrente.....	339

283.	Nulidades no processo de execução	339
284.	Imperfeição do título executivo	340
285.	Falta de título executivo	340
286.	Nulidade da execução fiscal	341
287.	Vício da citação	341
288.	Verificação da condição ou ocorrência do termo	342
289.	A arguição das nulidades	343
290.	A arrematação de bem gravado com direito real	343
291.	Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor	344
292.	Execução realizável por vários meios	345
	I – Execução pelo meio menos gravoso	345
	II – Casos de agravamento da onerosidade da execução	345
293.	Peculiaridades da citação executiva	346

CAPÍTULO XIV EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA

§ 33. Procedimento próprio para a execução das obrigações de entrega de coisa	348
294. Conceito	348
295. Evolução da tutela relativa à entrega de coisa certa	348
296. Procedimento	349
(a) Entrega da coisa	350
(b) Inércia do devedor	350
(c) Depósito da coisa	350
(d) Embargos à execução	351
297. Cominação de multa diária	351
298. Regime dos embargos do executado	352
299. Alienação da coisa devida	352
300. Execução da obrigação substitutiva	352
301. Execução de coisa sujeita a direito de retenção	353
302. Embargos de retenção	354
303. Execução para entrega de coisa incerta	354
304. Medidas de coerção e apoio	355

CAPÍTULO XV – EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

§ 34. Procedimentos próprios das execuções das obrigações de fazer e não fazer	358
305. O problema da execução das prestações de fato	358
306. Fungibilidade das prestações	359
307. <i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação	359
I Revisão da multa	360
II – Impossibilidade de realização da prestação	360
III Procedimento para exigência da multa periódica	360
308. Distinções preliminares	361
309. Princípios comuns	361
310. Sistemas de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer	362
311. Execução das prestações fungíveis	362
312. Realização da prestação fungível por terceiro	363
313. Inadimplência do terceiro contratante	364
314. Realização da prestação pelo próprio credor	364

315.	O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 817	365
316.	Autotutela prevista no atual Código Civil	365
317.	Execução das prestações infungíveis	366
318.	Execução das obrigações de não fazer	367
§ 34-A.	Execução administrativa do compromisso de compra e venda de imóvel	368
318-A.	Adjudicação compulsória extrajudicial	368
318-A.1.	Legitimação	368
318-A.2.	Participação de advogado	368
318-A.3.	Instrumento do compromisso de compra e venda	368
318-A.4.	Notificação da parte contrária	369
318-A.5.	Características do título apto à adjudicação extrajudicial	369
318-A.6.	Imposto de Transmissão Imobiliária (ITBI) e Certidão Negativa de Débito (CND)	370
318-B.	Natureza da função desempenhada pelo Oficial do Registro de Imóveis	370

CAPÍTULO XVI – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

§ 35. Noções gerais	374	
319.	O objetivo da execução por quantia certa	374
319-A.	Prestações vincendas	375
320.	Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados ...	375
321.	Espécies	376

CAPÍTULO XVII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

§ 36. Fase de proposição	378	
322.	Execução por quantia certa contra devedor solvente	378
323.	Proposição	378
324.	Procedimento da penhora e avaliação	380
I	Realização da penhora	380
II	Falta de nomeação de bens à penhora	380
III	Intimação da penhora	380
325.	Arresto de bens do devedor não encontrado	381
326.	Honorários de advogado em execução de título extrajudicial	381
327.	Redução da verba honorária	382
328.	Majoração da verba honorária	382

CAPÍTULO XVIII – FASE DE INSTRUÇÃO (I)

§ 37. Penhora	383	
329.	A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa	383
330.	Natureza jurídica da penhora	384
331.	Função da penhora	385
332.	Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	386
333.	Penhora de imóvel, veículos e outros bens sujeitos a registro público	388
334.	Averbação da penhora no registro competente	390
335.	Lugar de realização da penhora	391
336.	Penhora de imóvel e veículos automotores localizados fora da comarca da execução ...	391

§ 38. Objeto da penhora.....	393
337. Bens penhoráveis e impenhoráveis.....	393
338. Bens impenhoráveis.....	394
I – Limitação da impenhorabilidade ao último salário mensal	396
II – Limitação da impenhorabilidade a parte da remuneração	397
339. Ressalva geral à regra da impenhorabilidade	401
340. Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural.....	402
341. A impenhorabilidade do imóvel de residência da família.....	402
341-A. Renúncia à impenhorabilidade	405
342. Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.....	406
342-A. Pode a impenhorabilidade ser instituída por medida cautelar?	406
343. Bens relativamente impenhoráveis.....	408
344. As quotas ou ações de sociedades empresariais.....	408
345. Limites da penhora	410
346. Valor dos bens penhoráveis	410
347. Escolha dos bens a penhorar	411
348. A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar	411
349. Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes	413
350. Penhora sobre os bens escolhidos pelo executado	413
351. Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar	414
352. Situação dos bens a penhorar.....	415
353. Bens fora da comarca.....	415
§ 39. Realização e formalização da penhora.....	417
354. Penhora pelo oficial de justiça.....	417
355. Penhora de bens em mãos de terceiro.....	417
356. Dificuldade na localização dos bens a penhorar	418
357. Frustração da diligência	418
358. Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial.....	418
359. Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão.....	419
360. Intimação de penhora	420
§ 40. Penhoras especiais.....	421
361. Particularidades da penhora de certos bens	421
362. Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	421
I – Penhora on-line	421
II – Indisponibilidade de ativos financeiros existentes em nome do executado	422
III – Bacen Jud /Sisbajud.....	423
IV – Cancelamento de eventual indisponibilidade excessiva	423
V – Cumprimento parcial do bloqueio	423
VI – Intimação e defesa do executado	424
VII – Indisponibilidade procedida em conta conjunta	424
VIII – Decisão do juiz.....	426
IX – Conversão da indisponibilidade em penhora.....	426
X – Pagamento da dívida	426
XI – Responsabilidade das instituições financeiras.....	426
XII – Penhora on-line de conta de partido político	427

363.	Impenhorabilidade do saldo bancário	427
364.	Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	428
365.	Penhora sobre créditos do executado	429
366.	Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	430
367.	Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente	430
368.	Penhora no rosto dos autos	431
369.	Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	431
370.	Penhora sobre direito a prestação ou a restituição de coisa determinada	432
371.	Penhora de ações ou das quotas de sociedades personificadas	432
	I – Procedimento	432
	II – Diligências a serem adotadas pela sociedade após a penhora	432
	III – Liquidação das quotas ou ações	433
	IV – Prazo para cumprimento das diligências	433
	V – Leilão judicial das quotas ou das ações	433
	VI – Procedimento para as sociedades anônimas de capital aberto	433
372.	Penhora de direitos e ações	433
373.	Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes	434
374.	Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária	435
375.	Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público	435
376.	Penhora de navio ou aeronave	436
377.	Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa	436
378.	Penhora de parte do faturamento da empresa executada	437
379.	Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento	438
380.	Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa	439
381.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	440
	I – Conceito	440
	II – Procedimento	441
	III – Nomeação do administrador-depositário	442
	IV – O administrador-depositário	442
	V – Celebração de contrato de locação do móvel ou imóvel	442
	VI – Pagamento da dívida	442
382.	Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	442
383.	Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor	443
384.	Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens. Reunião das execuções	444
	384.1. Intimações de outros exequentes com igual penhora	445
	384.2. Requisitos da reunião de execuções	445
§ 41.	Alterações e resgate da penhora	448
385.	Modificações da penhora	448
386.	Substituição da penhora	449
387.	Substituição por iniciativa de qualquer das partes	450
388.	Substituição por iniciativa do executado	450
389.	Ausência de prejuízo para o exequente na substituição	451
390.	Menor onerosidade para o executado	451
391.	Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro	452
391-A.	Momento da substituição da penhora por fiança bancária ou seguro-garantia judicial ..	453
392.	Remição da execução por quantia certa	453

§ 42. Depósito e administração dos bens penhorados.....	455
393. Depósito dos bens penhorados	455
394. Escolha do depositário	455
395. Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos	455
396. Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	456
397. Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos	457
398. Função do depositário	457
399. Alienação antecipada dos bens penhorados.....	457
400. Depositário comum e depositário administrador	458
401. Responsabilidade do depositário	459
402. Entrega de bens após a expropriação executiva	459
403. Prisão civil do depositário judicial	460

CAPÍTULO XIX – FASE DE INSTRUÇÃO (II)

§ 43. Expropriação	461
404. Conceito	461
405. Modalidades de expropriação	461
I – Variações do ato expropriatório	461
II – Ordem de preferência entre os meios expropriatórios	462
III – Remição dos bens penhorados	462
406. Avaliação	462
407. O encarregado da avaliação.....	463
408. Laudo de avaliação.....	463
409. Dispensa da avaliação.....	464
410. Avaliação de bem imóvel	465
411. Avaliação e contraditório	465
412. Repetição da avaliação	465
I Cabimento	465
II Realização especial de nova avaliação.....	466
III Regras a observar na segunda avaliação.....	466
IV – Impugnação à avaliação	467
413. Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva	467
§ 44. Adjudicação	469
414. Introdução.....	469
415. Conceito de adjudicação	469
416. Requisitos da adjudicação	470
417. Intimação do executado	470
418. Depósito do preço.....	471
419. Legitimação para adjudicar	471
420. Adjudicação por credor.....	473
421. Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado.....	473
422. Prazo para a adjudicação.....	474
423. Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	475
424. Auto de adjudicação	476
425. Aperfeiçoamento da adjudicação.....	476

426.	Carta de adjudicação	477
427.	Remição do imóvel hipotecado	477
§ 45. Alienação por iniciativa particular		479
428.	As atuais dimensões da expropriação judicial por meio de alienação por iniciativa particular.....	479
	I – Cabimento da alienação por iniciativa particular.....	479
	II – Procedimento	479
	III – Escolha do corretor ou leiloeiro público para a alienação por iniciativa particular	480
429.	O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular	480
	I – Valor a observar na alienação	480
	II – Vantagens da alienação por iniciativa particular reconhecidas doutrinariamente	482
430.	Formalização da alienação por iniciativa particular	482
431.	Carta de alienação.....	483
	I – Alienação de bem imóvel	483
	II – Alienação de bem móvel.....	483
§ 46. Alienação em leilão judicial		484
432.	Conceito de leilão judicial e arrematação	484
433.	Espécies de hasta pública	484
434.	Escolha do leiloeiro ou corretor de bolsa	485
435.	Edital do leilão	485
436.	Leiloeiro público	486
	I – Deveres do leiloeiro	486
	II – Remuneração do leiloeiro.....	486
436-A.	Leilão eletrônico (particularidades)	487
437.	Publicidade do edital	488
438.	Intimação da alienação judicial ao devedor	489
439.	Outras intimações da alienação judicial	489
	I – Outros credores com direito incidente sobre os bens a leiloar	490
	II – Titulares de direito real sobre o bem a leiloar	490
440.	Adiamento do leilão	491
441.	O leilão judicial	492
442.	Aquisição do bem leiloado a prazo.....	493
	I – Oportunidade para pleitear a aquisição a prazo	493
	II – A proposta	493
	III – Mora ou inadimplemento do adquirente	493
	IV – Realização do leilão, não obstante a proposta de parcelamento	493
	V – O cumprimento das prestações	494
443.	Legitimação para arrematar.....	494
444.	Forma de pagamento e formalização da arrematação	495
445.	Auto de arrematação.....	496
446.	Arrematação de imóveis.....	497
	(a) Proposta escrita até o início do leilão.....	497
	(b) Imóvel de incapaz	498
	(c) Imóvel divisível.....	498
	(d) Imóvel indivisível.....	498

447.	Requisitos mínimos da proposta de arrematação em prestações	498
448.	Remédios contra os vícios da arrematação	499
449.	Desistência da arrematação	500
450.	Invalidade e ineficácia da arrematação no regime do CPC/2015.....	500
451.	Natureza da perda de efeitos da arrematação	501
452.	Invalidação da arrematação por preço vil ou defasado.....	503
453.	Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros	504
454.	Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do CPC/2015.....	504
455.	Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor	504
456.	Arrematação em execução provisória de título extrajudicial.....	505
457.	Carta de arrematação	505
458.	Arrematação e remição da execução	508
459.	Efeitos da arrematação	508
460.	Evicção e arrematação	509
461.	Vícios redibitórios.....	510
462.	Ação anulatória da arrematação	511
	462.1. Prazo para propositura da anulatória	512
463.	Remição dos bens arrematados	513
§ 47. Apropriação de frutos e rendimentos.....		514
464.	Modalidade especial de expropriação.....	514
465.	Iniciativa.....	514
466.	Pressuposto.....	514
467.	Procedimento	515
468.	Pagamento ao exequente.....	515

CAPÍTULO XX – FASE DE SATISFAÇÃO

§ 48. Pagamento ao credor de quantia certa		516
469.	Satisfação do direito do exequente.....	516
470.	Última etapa do processo de execução.....	517
§ 49. Pagamento por entrega do dinheiro		518
471.	Entrega do dinheiro.....	518
	471.1. Levantamento a maior	519
472.	Concurso de preferência sobre o produto da execução	519
	472.1. Concurso de preferência e crédito da Fazenda Pública.....	521
472-A.	Das preferências de direito substancial.....	521
473.	O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado	522
474.	Procedimento do concurso particular	523
474-A.	A execução extrajudicial da garantia imobiliária em concurso de credores: propriedade fiduciária e hipoteca	524

CAPÍTULO XXI EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

§ 50. Execução de título extrajudicial que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa a cargo do poder público		526
475.	Execução forçada contra a Fazenda Pública fundada em obrigação de quantia certa ...	526
	I – Título judicial (cumprimento de sentença)	527
	II – Título extrajudicial	527
476.	Defesa da Fazenda Pública.....	528

	I – Conteúdo dos embargos à execução.....	528
	II – Cumulação de execuções.....	528
	III – Arguição de incompetência.....	528
	IV – Arguição de suspeição ou impedimento.....	529
	V Excesso de execução.....	529
477.	Julgamento.....	529
	I – Execução embargada.....	529
	II – Execução não embargada.....	529
	III – Honorários advocatícios.....	530
	IV Erro e excessos nos cálculos homologados.....	530
	V – Ordem de preferência para o cumprimento dos precatórios. Credores idosos ou portadores de doença grave e pessoas deficientes.....	531

CAPÍTULO XXII EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS

§ 51.	Execução por quantia certa de título extrajudicial em matéria de alimentos.....	533
478.	Introdução.....	533
479.	Execução autônoma da prestação alimentícia.....	533
479-A.	Protesto e inscrição do devedor de alimentos em cadastros de inadimplentes.....	534
480.	Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o CPC/2015.....	534
481.	Averbação em folha de pagamento.....	535
482.	Prisão civil do devedor.....	535
483.	Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos ...	536

Parte III – Oposição à Execução Forçada

CAPÍTULO XXIII – RESISTÊNCIA DO DEVEDOR E DE TERCEIROS

§ 52.	Embargos à execução.....	539
484.	Resistência à execução.....	539
485.	Outros meios impugnativos.....	540
486.	Embargos e impugnação.....	541
487.	Natureza jurídica dos embargos à execução.....	543
488.	Classificação dos embargos do devedor.....	544
489.	Legitimação.....	545
490.	Autonomia dos embargos de cada coexecutado.....	545
491.	Competência.....	547
492.	Generalidades sobre o processamento dos embargos.....	548
493.	Segurança do juízo.....	549
494.	Prazo para propositura dos embargos do devedor.....	550
	I – Regra básica da contagem do prazo dos embargos à execução.....	550
	II – Citação por carta precatória.....	550
	III – Unicidade do prazo de embargos e impugnação a atos executivos posteriores aos embargos.....	550
	IV Tentativa de conciliação e prazo para embargar a execução.....	551
495.	Litisconsórcio passivo e prazo para embargar.....	551
496.	Rejeição liminar dos embargos.....	552
	I – Casos de rejeição liminar dos embargos.....	552
	II – Embargos intempestivos.....	552
	III – Inépcia da petição inicial e outros casos de indeferimento.....	552

IV	Vícios sanáveis	553
V	Natureza do indeferimento	553
VI	Embargos manifestamente protelatórios	553
497.	Procedimento	554
498.	A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios.....	555
499.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	557
500.	Os embargos à execução e a revelia do embargado.....	557
501.	Efeitos dos embargos sobre a execução.....	559
502.	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....	559
503.	Embargos parciais.....	561
504.	Embargos de um dos coexecutados.....	561
505.	Embargos fundados em excesso de execução	561
506.	Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento.....	562
507.	Embargos de retenção por benfeitorias.....	562
508.	Matéria arguível nos embargos à execução	562
509.	Arguição de nulidade da execução	563
510.	Vícios da penhora e da avaliação	564
511.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	565
512.	Retenção por benfeitorias	566
513.	Defesas próprias do processo de conhecimento	567
514.	Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente.....	568
515.	Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução	568
516.	Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação	569
517.	Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015	570
518.	Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015.....	570
519.	A posição especial do arrematante	571
520.	Exceção de pré-executividade	572
521.	Sucumbência na exceção de pré-executividade	573
§ 53.	Parcelamento judicial do crédito exequendo.....	575
522.	Moratória legal	575
523.	Requisitos para a obtenção do parcelamento	575
524.	Procedimento do incidente.....	576
525.	Indeferimento do parcelamento.....	577
526.	Descumprimento do parcelamento.....	578
§ 54.	Embargos de terceiro	580
527.	Visão geral.....	580
528.	Natureza da ação	580
529.	Legitimação ativa	581
530.	<i>Provocatio ad agendum</i>	582
531.	Legitimação passiva	582
532.	Valor da causa.....	583
533.	Competência.....	583
534.	Oportunidade.....	583
535.	Julgamento e recurso	583
536.	Procedimento	583
536.1.	Reconhecimento de fraude contra credores em reconvenção a embargos de terceiro	584

537.	Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar.....	586
538.	Efeitos do julgamento do mérito dos embargos	586
539.	Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	586
540.	Sucumbência na ação de embargos de terceiro.....	587

Parte IV – Insolvência Civil

CAPÍTULO XXIV EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

§ 55. Execução concursal	591
541. Introdução	591
542. Execução coletiva e execução singular	591
543. Pressupostos da execução coletiva.....	593
544. Efeitos da declaração de insolvência.....	594
545. Características da execução coletiva.....	595
546. Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	596
§ 56. Primeira fase do processo de insolvência	598
547. Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo.....	598
548. Caracterização da insolvência	599
§ 57. Espécies de procedimentos concursais e iniciativa do processo	601
549. Legitimação.....	601
550. Insolvência requerida pelo credor	602
551. Caráter facultativo da ação concursal	602
552. Insolvência de cônjuges.....	603
553. Ausência de bens penhoráveis do devedor.....	603
§ 58. Procedimentos da execução coletiva	605
554. Procedimento da insolvência requerida pelo credor.....	605
555. Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	606
555-A. Particularidades da insolvência do espólio	608
§ 59. Competência para a execução concursal	610
556. Competência.....	610
§ 60. Sentença declaratória de insolvência	611
557. Declaração judicial de insolvência.....	611
§ 61. Administração da massa	613
558. O administrador da massa	613
559. Atribuições do administrador	614
§ 62. Concurso de credores	615
560. Verificação e classificação dos créditos	615
561. Credores retardatários e credores sem título executivo.....	616
562. Quadro geral de credores.....	617
I Quando não há impugnação de créditos	617
II – Quando há impugnação de crédito.....	618
§ 63. Satisfação dos direitos dos credores e finalização do processo	619
563. Apuração do ativo e pagamento dos credores.....	619
564. Encerramento e suspensão do processo.....	619

565.	Saldo devedor	620
566.	Extinção das obrigações	621
§ 64. Disposições gerais		624
567.	Concordata civil.....	624
567-A.	Lei do Superendividamento nas relações de consumo (Lei nº 14.181/2021).....	624
567-B.	Superendividamento do consumidor e insolvência civil.....	626
567-C.	Recuperação judicial do produtor rural, nos moldes da Lei nº 11.101/2005.....	627
567-D.	Recuperação judicial e concomitância de execução singular	628
568.	Pensão para o devedor no processo de insolvência.....	628
569.	Insolvência de pessoas jurídicas.....	629
570.	Editais	629

Parte V – Crises da Execução e Sistema Recursal

CAPÍTULO XXV SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

§ 65. Vicissitudes do Processo Executivo		633
571.	Suspensão da execução.....	633
572.	Casos de suspensão	634
573.	Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do CPC/2015	635
	I – Previsões do art. 313	635
	II – Previsão do art. 315	636
	III Suspensão convencional.....	636
	IV Suspensão para parcelamento legal do débito	636
	V – Suspensão por transação.....	636
574.	Suspensão provocada por embargos	636
575.	Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	637
575-A.	Suspensão por não localização do executado.....	637
576.	Suspensão e prescrição intercorrente	637
	I Execução por quantia certa	637
	II Nulidade do procedimento de decretação da prescrição intercorrente	640
	III Outras modalidades de execução.....	640
577.	A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015.....	641
578.	Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor.....	642
579.	Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados.....	643
580.	Suspensão em razão do parcelamento do débito	643
580-A.	Suspensão e extinção de executivos fiscais de pequeno valor	643
581.	Efeitos da suspensão	644
582.	Extinção da execução	645
583.	Extinção por indeferimento da petição inicial.....	645
584.	Extinção por satisfação da obrigação (remição da execução).....	646
585.	Extinção da dívida por qualquer outro meio.....	646
586.	Extinção por renúncia	646
587.	Extinção pela prescrição intercorrente.....	646
588.	Outros casos de extinção da execução	647
589.	Sentença de extinção	648
590.	Coisa julgada	649

§ 66. Recursos no processo de execução	652
591. O problema recursal na execução.....	652
592. Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	652
593. Casos de cabimento da apelação.....	653
594. Casos de agravo de instrumento	653
595. Efeitos dos recursos	653
596. Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.....	654
597. Causas de alçada.....	654
598. Recursos extraordinário e especial	654

Parte VI – O Processo nos Tribunais

CAPÍTULO XXVI – NOÇÕES GERAIS

§ 67. O Processo nos Tribunais	655
599. Duplo grau de jurisdição.....	655
600. Competência dos tribunais.....	655
601. Características dos processos de competência originária dos tribunais.....	656
602. Casos de competência originária dos tribunais	656
I – Supremo Tribunal Federal.....	656
II – Superior Tribunal de Justiça	657
III – Tribunais Regionais Federais	657
IV – Tribunais dos Estados e do Distrito Federal.....	658
603. Posição da matéria no Código de Processo Civil de 2015	659
604. O funcionamento dos tribunais	659
605. O sistema de julgamento dos tribunais.....	660
606. A relevante função do relator	660
I – Funções de natureza de gestão processual	661
II – Funções de natureza decisória	661
III – Ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou existência de questão apreciável de ofício pelo tribunal.....	662
IV – Vícios sanáveis	663
V – Necessidade de produção de prova	663
607. O rito do processamento e julgamento de causa no Tribunal.....	663
I – Registro e distribuição	663
II – Prevenção.....	663
III – Relatório e voto do relator.....	664
IV – Designação de dia para julgamento.....	664
V – Ordem de julgamento	664
VI – Sustentação oral.....	665
VII – Sustentação oral nos incidentes de resolução de demandas repetitivas	666
VIII – Julgamento do colegiado.....	666
IX – Pedido de vista dos julgadores.....	666
X – Retratação de voto	667
XI – Resultado do julgamento.....	668
XII – Relevância do voto vencido	668

XIII – Julgamento prolongado: decisão não unânime de apelação, de ação rescisória e de agravo de instrumento (substitutivo dos extintos embargos infringentes).....	668
XIV – Acórdão e publicação.....	671
XV – Documentação eletrônica do julgamento.....	671
XVI – Não publicação do acórdão no prazo de trinta dias	672
XVII – Julgamento por meio eletrônico	672
XVIII – Julgamento virtual, por disciplina regimental.....	672
§ 68. Valorização da jurisprudência	675
608. A valorização da jurisprudência e o sistema de súmulas.....	675
608-A. Presença marcante do sistema de precedente ao longo de todo o CPC/2015.....	677
609. Jurisprudência e normas principiológicas e enunciadoras de cláusulas gerais.....	679
609-A. Precedentes e princípios jurídicos	683
609-B. Pode-se pensar em predomínio atual do Judiciário?.....	684
610. Características do sistema sumular	686
611. A posição do atual CPC sobre a força normativa da jurisprudência	687
I – Harmonização entre o CPC e a Constituição.....	687
II – O direito jurisdicional visto pela doutrina e jurisprudência.....	691
611-A. Enfim, o sistema de precedentes do CPC está, ou não, fundado na técnica da <i>ratio decidendi</i> ?.....	694
612. Uniformização da jurisprudência e causas de massa	694
I – Sistema de enfrentamento das causas repetitivas	694
II – Combate ao exercício abusivo ou predatório do direito de ação.....	696
612-A. Uniformização da jurisprudência nos Tribunais Superiores por meio do regime especial de recursos repetitivos.....	697
613. Decisões e súmulas vinculantes e não vinculantes	699
613.1. Decisão do STF em regime de repercussão geral: formação de precedente vinculante.....	703
613.2. Esvaziamento da Súmula Vinculante.....	705
614. Regras a serem cumpridas pelos tribunais a respeito das respectivas jurisprudências..	706
614-A. Otimização do sistema de precedente	707
I – Aspectos qualitativos do precedente.....	707
II – Recomendações do CNJ	709
III – Democratização do processo de formação do precedente.....	709
614-B. Identidade entre o precedente e a causa nova	710
614-C. Precedente e analogia.....	712
614-D. Técnica operacional do sistema de precedentes: identificação, distinção e superação...	714
I – Identificação.....	714
II – Distinção	714
III – Superação	716
IV – Procedimentos de superação do precedente	717
V – Superação ou revisão de tese vinculante formada no sistema de recursos repetitivos	718
VI – Necessidade de interpretar e aplicar os precedentes segundo as características do sistema positivado pelo nosso CPC	719
615. Publicidade e alteração da jurisprudência	721
615.1. Modulação da jurisprudência vinculante.....	722
616. A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais	723
616.1. A reclamação para o STJ após o advento do CPC/2015.....	725

617.	Súmula jurisprudencial	727
618.	Súmula vinculante.....	727
619.	Regulamentação da súmula vinculante.....	728
	I – Destinatários.....	729
	II – Objeto.....	729
	III – Pressupostos.....	729
	IV – Procedimento	730
	V – Legitimação	730
	VI – <i>Amicus curiae</i>	731
	VII – Vigência.....	731
	VIII – Processos pendentes	731
	IX – Processo administrativo	731
	X – Reclamação.....	731
§ 69.	Incidente de assunção de competência	733
620.	Conceito	733
620-A.	Natureza jurídica.....	734
621.	Pressupostos.....	734
622.	Procedimento	734
	I – Requisitos	734
	II – Legitimidade.....	734
	III – Fases do procedimento	735
	IV – Julgamento do IAC.....	735
623.	Efeitos da decisão	735
§ 70.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	737
624.	O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	737
625.	Regulamentação legal.....	737
	I – Ação de declaração de inconstitucionalidade (controle direto).....	737
	II – Incidente de declaração de inconstitucionalidade (controle indireto).....	738
626.	O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais	738
627.	Objeto da arguição de inconstitucionalidade.....	739
628.	Iniciativa de arguição.....	739
629.	Momento da arguição	739
630.	Competência para apreciar o cabimento do incidente	740
631.	O julgamento da arguição	740
§ 71.	Conflito de Competência	743
632.	Conflito de competência	743
§ 72.	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	745
633.	A eficácia da decisão estrangeira	745
634.	O sistema nacional.....	745
635.	A homologação da decisão estrangeira	746
636.	Decisões estrangeiras homologáveis.....	746
	I – Decisão judicial definitiva e decisão não judicial que teria natureza jurisdicional no Brasil.....	746
	II – Decisão estrangeira para fins de execução fiscal.....	747
	III – Decisão arbitral estrangeira	747
	IV – Pendência de ação no Brasil	748

637.	Decisões estrangeiras que dispensam homologação	748
638.	Homologação parcial da decisão estrangeira	749
639.	Requisitos da homologação de decisão estrangeira.....	749
639-A.	Concorrência entre processos estrangeiro e nacional.....	751
640.	Natureza da decisão homologatória	752
	640.1. Objeto do processo homologatório.....	752
	640.2. Honorários advocatícios sucumbenciais	753
641.	O procedimento da homologação	753
	I – Requerimento	753
	II – Arquivamento do pedido.....	753
	III Citação e defesa	754
	IV Manifestação do Ministério Público Federal.....	754
	V Competência para o julgamento.....	754
	VI – Recurso contra o julgamento.....	754
642.	A execução	754
643.	Pedidos de urgência	755
643-A.	Rescisão da sentença estrangeira	755
644.	A concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	756
645.	Execução de medida de urgência estrangeira	757
646.	Procedimento do <i>exequatur</i>	757
	I – Requisitos para o <i>exequatur</i>	757
	II – Competência	757
	III – Manifestação do Ministério Público Federal.....	758
	IV Recurso contra decisão do Presidente.....	758
	V Execução após o <i>exequatur</i>	758
§ 73. Ação Rescisória		759
647.	Conceito.....	759
648.	Pressupostos.....	761
	I Decisão de mérito transitada em julgado	761
	II Prazo decadencial	762
	III Sentenças terminativas	762
	IV – Decisões interlocutórias de mérito.....	762
	V – Identificação das decisões de mérito.....	762
	VI – Trânsito em julgado	763
649.	Ação rescisória: decisão de mérito e decisão incidental de questão prejudicial.....	764
	I Coisa julgada sobre questão principal e questão prejudicial.....	764
	II Distinção entre os regimes da coisa julgada referente à questão principal e à questão incidental.....	764
649-A.	Sentença civil em contradição com sentença criminal.....	765
650.	Decisões terminativas rescindíveis	766
	Rescindibilidade excepcional de decisão que não resolveu o mérito.....	766
	II – Decisão terminativa que impede o reexame do mérito.....	767
651.	Rescisão parcial	768
652.	Casos de admissibilidade da rescisória	768
653.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I).....	769
654.	Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 966, II).....	770
655.	Dolo ou coação da parte vencedora (art. 966, III).....	771

656.	Simulação ou colusão para fraudar a lei (art. 966, III).....	772
657.	Ofensa à coisa julgada (art. 966, IV).....	772
658.	Violação manifesta de norma jurídica (art. 966, V).....	774
	I Sistema do antigo CPC.....	774
	II Sistema do CPC/2015.....	775
	III – Inovação da Lei nº 13.256/2016.....	777
	IV Rescisão da sentença no capítulo relativo aos honorários advocatícios sucumbenciais.....	778
658-A.	Natureza da norma violada.....	779
658-B.	Ofensa à norma reguladora dos honorários advocatícios sucumbenciais.....	779
659.	Ofensa manifesta a norma e oscilação da jurisprudência.....	780
660.	Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 966, V).....	781
660-A.	Decisão que se fundamentou em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF.....	784
660-B.	Decisão que deixou de aplicar lei por considerá-la inconstitucional, mas cuja constitucionalidade foi posteriormente declarada pelo STF.....	784
660-C.	Ofensa à jurisprudência uniformizada pelo STJ.....	784
661.	Falsidade de prova (art. 966, VI).....	785
662.	Prova nova (art. 966, VII).....	786
662-A.	Momento de produção da prova nova.....	788
663.	Erro de fato (art. 966, VIII).....	788
664.	Ação anulatória: atos judiciais não sujeitos à ação rescisória.....	789
664-A.	Divergência doutrinária acerca do cabimento da ação anulatória.....	790
664-B.	Autocomposição e título executivo judicial.....	792
665.	Atos sujeitos à ação anulatória.....	793
666.	Atos não sujeitos à ação anulatória, pois demandam rescisória.....	794
667.	Fundamentos da ação anulatória.....	794
668.	Prazo para ajuizamento da ação.....	795
669.	Natureza da ação.....	795
670.	Sentença homologatória em processo contencioso.....	795
670-A.	Anulação e rescisão de partilha.....	796
671.	Legitimação.....	796
672.	Legitimação do Ministério Público.....	798
673.	Legitimação passiva.....	799
674.	Citação tardia do litisconsorte necessário.....	800
675.	Rescisão de decisão objetivamente complexa.....	800
676.	Caução.....	801
677.	Competência.....	801
678.	O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	803
678-A.	Valor da causa.....	804
678-B.	Restituição dos honorários advocatícios fixados na sentença quando a rescisória é acolhida.....	805
679.	Multa de 5% sobre o valor da causa.....	806
680.	A execução da sentença rescindenda.....	807
681.	Indeferimento da inicial.....	807
682.	Procedimento.....	808
682-A.	Revisor no processamento da ação rescisória, perante o STJ.....	810
683.	Natureza e conteúdo da decisão.....	811

683-A.	A verba sucumbencial da sentença rescindenda: custas e honorários de advogado.....	812
683-B.	Tutela provisória.....	813
684.	A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé.....	813
685.	Preservação de efeitos da sentença rescindida.....	816
686.	Rescisória de rescisória.....	817
687.	Prazo de propositura da ação rescisória.....	817
688.	Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente.....	819
689.	A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça.....	823
689-A.	A interpretação constitucionalmente correta do art. 975 do CPC.....	825
690.	Contagem do prazo.....	825
	I Vencimento em férias forenses, recesso, feriados ou dia em que não houver expediente.....	825
	II Termo inicial diferenciado.....	825
	III – Casos problemáticos.....	826
691.	Extinção da ação rescisória por abandono da parte.....	827
692.	Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória.....	827
693.	Sentença nula de pleno direito.....	829
§ 74.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	833
694.	Conflitos individuais e conflitos coletivos.....	833
695.	Natureza jurídica do incidente.....	834
696.	Força de coisa julgada e força executiva.....	835
696-A.	O conteúdo do julgamento que acolhe o incidente de resolução de demandas repetitivas.....	835
697.	Cabimento do incidente.....	836
698.	Objetivos do incidente.....	839
699.	Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência.....	839
700.	Legitimidade para a promoção do incidente.....	841
701.	Incidente instaurado a partir de processo já em curso no tribunal de segundo grau.....	841
702.	Desistência ou abandono do processo.....	842
703.	Participação do Ministério Público.....	842
704.	Competência.....	843
705.	Detalhes do procedimento.....	843
	I – Registro e autuação.....	843
	II Publicidade.....	843
	III – Primeiras deliberações do relator.....	844
	IV A incomum amplitude do contraditório.....	845
	V Intervenções no incidente.....	846
	VI – Encerramento das diligências.....	847
	VII Sessão de julgamento.....	847
	VIII – Acórdão.....	847
	IX – Prazo para o julgamento do incidente.....	847
	705.1. Padronização de procedimentos administrativos relacionados com o julgamento dos casos repetitivos e do incidente de assunção de competência.....	848
706.	Força vinculante da decisão do incidente.....	848
	706.1. Força vinculante e teoria da distinção.....	849
	706.2. Identidade de questão e não de causa.....	850
707.	Publicidade especial.....	850

708.	Recursos	851
709.	Reclamação	852
710.	Revisão da tese firmada no incidente	853
§ 75. Reclamação		856
711.	Histórico.....	856
712.	Natureza da reclamação	857
713.	Cabimento.....	857
	I Casuísmo legal.....	857
	II Abrangência da reclamação.....	858
	III Inadmissibilidade da reclamação	859
	IV Reclamação durante o cumprimento do acórdão.....	860
	V Existência de outros remédios processuais	860
	VI – Reclamação em matéria de juízo de admissibilidade dos recursos ordinários.....	861
	VII Reclamação contra inobservância de precedente obrigatório oriundo de resolução de casos repetitivos	862
714.	Legitimidade.....	863
715.	Procedimento	864
	I Petição inicial.....	864
	II Autuação e distribuição	864
	III Atos do relator	864
	IV – Impugnação do pedido.....	864
	V Participação do Ministério Público.....	865
	VI – Procedência da reclamação.....	865
	VII – Acórdão.....	865
	VIII Honorários de advogado.....	865

Parte VII – Recursos

CAPÍTULO XXVII SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

§ 76. Recursos		867
716.	Conceito	867
717.	Recursos e outros meios impugnativos utilizáveis contra decisões judiciais	867
718.	Classificação dos recursos.....	869
	I Quanto ao fim colimado pelo recorrente.....	869
	II Quanto ao juízo que se encarrega do julgamento	869
	III – Quanto à extensão do reexame de um órgão sobre a matéria decidida por outro	870
	IV – Quanto aos motivos da impugnação	870
	V Quanto à marcha do processo rumo à execução da decisão impugnada.....	871
719.	Fundamento e natureza do direito ao recurso	871
720.	Atos sujeitos a recurso.....	872
721.	Recursos admissíveis.....	873
	I No primeiro grau de jurisdição (juízo de primeira instância), o CPC/2015 admite os seguintes recursos	873
	II Quanto aos acórdãos dos tribunais, admite o atual Código os seguintes recursos..	873
	III Para as decisões de segundo grau, diferentes de acórdão, o atual Código prevê os seguintes recursos	874

722.	Reclamação	874
723.	Correição parcial.....	874
724.	A técnica de julgamento dos recursos.....	875
	724.1. Julgamento ampliado, em caso de falta de unanimidade	876
	724.2. Julgamento ampliado, em caso de agravo de instrumento e de ação rescisória	877
	724.3. Julgamento ampliado em caso de embargos de declaração	877
§ 77.	Princípios gerais dos recursos.....	878
725.	Princípios fundamentais dos recursos civis.....	878
726.	Enumeração dos princípios fundamentais observados pela sistematização legal dos recursos civis.....	879
727.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	879
728.	Princípio da taxatividade	882
729.	Princípio da singularidade.....	883
730.	Princípio da fungibilidade	884
731.	Princípio da dialeticidade	886
732.	Princípio da voluntariedade	886
733.	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	887
734.	Princípio da complementaridade: inaplicabilidade aos recursos civis	887
735.	Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i>	888
736.	A possível piora da situação do recorrente na hipótese do § 3º do art. 1.013 do CPC/2015	889
737.	Princípio da consumação.....	890
§ 78.	Disposições gerais relativas aos recursos civis	892
738.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos	892
739.	Objeto do juízo de admissibilidade: requisitos intrínsecos e requisitos extrínsecos	893
740.	Cabimento: atos judiciais recorríveis	893
741.	Tempestividade do recurso.....	894
	I – Prazo para o réu ainda não citado.....	895
	II – Prazo para o réu revel.....	895
	III – Recurso remetido pelo correio	895
	IV – Comprovação de feriado local	895
	V – Vista dos autos para a interposição do recurso	897
742.	Recurso interposto antes da publicação do julgado	898
743.	Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes	899
744.	Casos especiais de interrupção do prazo de recurso	901
745.	Legitimação para recorrer.....	902
	I – Generalidades	902
	II – Requisito da sucumbência.....	903
	III – Litisconsórcio unitário	903
	IV – Discordância da fundamentação do julgado	904
	V – Recurso do vencedor	904
	VI – Terceiro prejudicado	904
746.	Particularidades do recurso de terceiro	906
747.	Recurso de terceiro e coisa julgada.....	908
748.	Interesse de recorrer e extinção do processo por meio de decisão em favor do recorrente	908
749.	Legitimidade do Ministério Público para recorrer.....	909
750.	Singularidade do recurso	909

751.	Adequação e fungibilidade dos recursos	909
752.	Preparo	910
	I – Preparo e deserção	910
	II – Inovações do CPC/2015 em relação à deserção.....	911
753.	Motivação e forma	912
753-A.	Recurso total e recurso parcial	914
	I – Recurso parcial.....	914
	II – Recurso parcial e efeito devolutivo	914
	III – Recurso parcial e efeito expansivo.....	914
	IV – Recurso contra decisão única com multiplicidade de fundamentos	915
754.	Renúncia e desistência em matéria de recursos	915
	I – Fatos impeditivos	915
	II – Desistência do recurso	916
	III – Desistência dos recursos em tramitação no STJ e no STF.....	916
	IV – Renúncia do recurso	917
	V – Aspectos comuns da desistência e da renúncia	917
755.	Aceitação expressa ou tácita da sentença.....	917
756.	Recurso adesivo.....	918
	I – Características do recurso adesivo	918
	II – Recurso adesivo em ação de reparação do dano moral.....	920
757.	Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	920
758.	A recorribilidade necessária da decisão singular do relator	922
§ 79.	Efeitos da interposição do recurso.....	924
759.	Efeitos básicos do recurso: devolutivo e suspensivo.....	924
760.	Efeito substitutivo	924
761.	Efeito translativo	925
762.	Efeito expansivo	927
§ 80. A Apelação	928	
763.	Conceito	928
764.	O CPC/2015 e a superação das dificuldades conceituais do Código anterior em relação à sentença	928
765.	Apelação e decisões incidentais excluídas das hipóteses de agravo de instrumento	929
766.	Interposição da apelação.....	929
767.	Efeitos da apelação.....	931
	I – Efeito devolutivo.....	931
	II – Efeito suspensivo.....	934
768.	Questão relevante a respeito do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa.....	935
769.	Questão de fato e questão de direito	937
770.	Vinculação do tribunal ao dever de julgar o mérito na hipótese do § 3º do art. 1.013...	937
770-A.	Posição consolidada do STJ	939
771.	Prescrição e decadência.....	940
772.	A apelação e as nulidades sanáveis do processo	940
773.	Tutela provisória e o efeito suspensivo da apelação	941
774.	Recebimento da apelação	942
	I – Pelo juiz de primeiro grau	942
	II – Pelo tribunal <i>ad quem</i>	942

775.	A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF	943
776.	Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator.....	944
777.	Deserção.....	944
778.	Prazo para interposição da apelação	945
779.	Interposição de apelação antes do julgamento dos embargos de declaração.....	945
780.	Julgamento em segunda instância	946
	780.1. Julgamento com <i>quorum</i> ampliado.....	946
§ 81. Agravo de instrumento		948
781.	Conceito	948
782.	Espécies de agravo	948
	I Agravo de instrumento e agravo interno	948
	II Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	949
	III – Casos de agravo interno.....	949
	IV – Síntese.....	949
783.	Recorribilidade das decisões interlocutórias.....	949
783-A.	Decisão interlocutória e mandado de segurança.....	951
784.	Agravo de instrumento	952
	784.1. Taxatividade dos casos questionáveis por meio de agravo de instrumento.....	955
	784.2. Decisões interlocutórias do processo de recuperação judicial e falência	957
	784.3. O cabimento do agravo fora do rol taxativo da lei, segundo a teoria da “derrotabilidade” das normas jurídicas.....	957
785.	Prazo de interposição	960
786.	Formação do instrumento do agravo.....	960
	I Conteúdo e instrução do recurso.....	960
	II – Meios para a interposição do agravo.....	961
	III – Vícios sanáveis ou ausência de peças obrigatórias no instrumento.....	962
787.	Efeitos do agravo de instrumento.....	962
788.	Processamento do agravo de instrumento.....	963
	I – Juntada de cópia do agravo no juízo de primeiro grau	963
	II – Atos do relator.....	963
789.	O contraditório.....	965
790.	Juízo de retratação do magistrado <i>a quo</i>	966
791.	Julgamento do recurso pelo colegiado.....	967
	I – Prazo para julgamento.....	967
	II – Intervenção do Ministério Público.....	967
	III Sustentação oral.....	967
	IV Ampliação de julgamento	967
792.	Encerramento do feito	967
793.	Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo.....	967
§ 82. Agravo interno		971
794.	Conceito	971
795.	Procedimento	971
796.	Efeitos do agravo interno.....	972
797.	Sustentação oral.....	972
798.	Fungibilidade.....	973

§ 83. Embargos de Declaração	975
799. Conceito e cabimento.....	975
800. Pressupostos dos embargos de declaração.....	975
801. Obscuridade no julgamento	976
802. Contradição	977
803. Omissão	978
804. Hipóteses de omissão	980
805. Erro material.....	981
806. Compreensão extensiva do cabimento dos embargos de declaração.....	982
807. Procedimento	985
I – Proposição dos embargos.....	985
II – Julgamento.....	985
III – Contraditório.....	986
808. Prequestionamento.....	986
809. Efeito interruptivo.....	987
810. Recurso interposto antes dos embargos de declaração	988
811. Efeito suspensivo especial.....	989
811-A. Possibilidade de concessão de efeito suspensivo.....	990
812. Efeito integrativo.....	991
813. Embargos manifestamente protelatórios	991
I – Sanções aplicáveis aos embargos protelatórios.....	991
II – Embargos de prequestionamento para recursos especial e extraordinário.....	992
III – Aplicação da penalidade aos embargos protelatórios.....	992
CAPÍTULO XXVIII – RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
§ 84. Recurso ordinário	996
814. Introito.....	996
815. Recurso ordinário para o STF	997
I – Cabimento.....	997
II – Requisitos de admissibilidade.....	998
III – Interposição	998
IV – Julgamento do mérito.....	998
V – Concessão de efeito suspensivo	999
VI – Fungibilidade	999
816. Recurso ordinário para o STJ	999
I – Cabimento.....	999
II – Requisitos de admissibilidade	999
III – Interposição	1000
IV – Recurso adesivo.....	1001
V – Julgamento do mérito	1001
VI – Concessão de efeito suspensivo	1001
§ 85. Recursos extraordinário e especial	1003
817. Recurso extraordinário	1003
818. Pressupostos do recurso extraordinário	1004
819. Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário...	1008
820. Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral.....	1010

821.	Procedimento no STF.....	1011
822.	Reflexos da decisão acerca da repercussão geral	1012
	I Sobre processos em curso em grau inferior de jurisdição	1012
	II Sobre outros recursos extraordinários em curso.....	1012
	III – Efeitos sobre decisão transitada em julgado	1014
	IV – Existência do recurso após reconhecimento da repercussão geral.....	1014
823.	O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF	1015
823-A.	Inovações da Emenda Regimental 54/2020.....	1016
824.	Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral.....	1016
825.	Procedimentos a serem adotados após o reconhecimento da repercussão geral.....	1017
	I Sobrestamento dos processos que versem sobre a mesma questão.....	1017
	II Recurso contra decisão de sobrestamento.....	1017
	III Recurso contra decisão de sobrestamento de recurso intempestivo	1018
	IV – Julgamento do recurso extraordinário cuja repercussão geral foi reconhecida.....	1018
	V Questões já resolvidas pela jurisprudência do STF.....	1018
826.	Função do recurso extraordinário	1019
827.	Efeitos do recurso extraordinário	1019
	Efeito apenas devolutivo.....	1019
	II Tutela de urgência no recurso extraordinário para obtenção do efeito suspensivo....	1020
828.	Processamento do recurso extraordinário.....	1021
	I Interposição	1021
	II Contraditório	1021
	III – Juízo de admissibilidade.....	1022
	IV Casos em que não ocorrerá o juízo de admissibilidade no tribunal recorrido, com a subida do feito ao tribunal superior	1022
	V – Juízo de admissibilidade negativo no tribunal recorrido	1022
	VI Recursos manejáveis em face do juízo que inadmite o recurso extraordinário (ou o especial).....	1023
	VII – A relevância da distinção feita pela lei entre “negativa de seguimento” e “inadmissão” dos recursos extraordinário e especial.....	1023
	VIII Outros poderes do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido	1024
829.	O preparo dos recursos para o STF e para o STJ	1025
830.	O recurso extraordinário por via eletrônica.....	1025
831.	Julgamento do recurso e julgamento da causa	1025
832.	Julgamento incompleto do recurso extraordinário, no juízo de revisão	1028
833.	Poderes do relator	1030
834.	Recurso especial para o STJ.....	1030
	I – Cabimento do recurso especial	1030
	II – Elasticidade do conceito de questão de direito	1032
	III Casuismo constitucional.....	1034
	IV – Requisito básico.....	1035
	V – Inovação no regime de admissibilidade do recurso especial instituída pela EC 125/2022: relevância das questões de direito federal.....	1035
	VI – Caracterização da relevância da questão federal.....	1036
	VII – Relevância e valor da causa	1036
	VIII – Relevância a demonstrar e relevância presumida.....	1037
	IX – Direito intertemporal.....	1038

835.	Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988	1039
836.	Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988.....	1040
836-A.	Juízo de cassação e juízo de reexame, no âmbito do recurso especial. Controle de constitucionalidade.....	1045
	836-A.1 Duplo juízo de admissibilidade do recurso especial	1046
837.	Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial	1047
838.	Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial.....	1048
839.	Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial.....	1048
840.	Fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário.....	1049
840-A.	Cabimento de recurso extraordinário contra decisão do STJ em recurso especial.....	1049
840-B.	Reclamação concomitante ao recurso extraordinário.....	1051
841.	Preferência do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário	1052
842.	Recurso especial e recurso extraordinário adesivo.....	1052
§ 86.	Recursos especial e extraordinário repetitivos	1056
843.	Introdução.....	1056
844.	Os recursos especial e extraordinário repetitivos	1056
845.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem	1058
	I – Iniciativa do procedimento.....	1058
	II – Escolha dos recursos representativos.....	1058
	III – Suspensão e retenção dos recursos que versem sobre causa idêntica	1058
	IV – Decisão em torno da suspensão do processamento dos recursos extraordinário e especial, dentro do regime repetitivo. Recorribilidade	1059
	V – Recurso contra a decisão de sobrestamento de recurso intempestivo	1060
	VI – Não vinculação da Corte Superior aos recursos escolhidos pelo tribunal local....	1061
846.	Ampliação da técnica de julgamento de processos repetitivos aos demais tribunais	1061
847.	Desistência do recurso-padrão.....	1061
848.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ e do STF.....	1062
	I – Decisão de afetação	1062
	II – Não afetação dos recursos selecionados	1063
	III – Prevenção do Ministro relator.....	1063
	IV – Prazo para julgamento dos recursos afetados	1064
	V – Existência de várias questões de direito nos recursos requisitados aos presidentes ou vice- -presidentes dos tribunais de justiça ou dos tribunais regionais federais.....	1064
	VI – Ausência de identidade entre a questão afetada e a discutida no recurso especial ou extraordinário suspenso	1064
	VII – Outros poderes do relator na Corte Superior	1065
	VIII – Julgamento	1066
	IX – Diversas possibilidades do julgamento dos recursos repetitivos	1066
	X – Síntese esquemática das etapas do processamento e julgamento dos recursos repetitivos	1067
848.A.	Procedimento regimental da tramitação do recurso especial repetitivo no STJ	1068
	I – Competência	1068
	II – Atribuições do Presidente do STJ e do Relator	1068
	III – Deliberações do Relator.....	1069
	IV – Julgamento dos repetitivos.....	1069
849.	Efeitos do acórdão do STJ ou do STF nas causas repetitivas.....	1069
	I – Recursos sobrestados no STJ ou STF.....	1069
	II – Recursos sobrestados no tribunal de origem	1070

III	Ampliação do juízo de revisão no tribunal de origem.....	1071
IV	Processos sobrestados em primeira instância ou no tribunal de origem	1071
V	Questão atinente à prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização.....	1071
VI	Os recursos e os princípios da isonomia e da segurança jurídica.....	1071
849-A.	Revisão da tese firmada em recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1072
850.	Desistência da ação em primeiro grau de jurisdição.....	1072
§ 87.	Agravo em recurso especial e extraordinário	1074
851.	O agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	1074
852.	Cabimento do agravo para o tribunal superior e para o tribunal de origem.....	1075
853.	Interposição e contraditório.....	1075
854.	Remessa à Corte Superior.....	1075
855.	Julgamento	1075
856.	Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....	1075
§ 88.	Embargos de divergência no STF e no STJ.....	1078
857.	Embargos de divergência no STF e no STJ.....	1078
I	Cabimento.....	1078
II	Prazo.....	1079
III	Comprovação da divergência	1079
IV	Decisão de inadmissão do recurso.....	1079
V	Interrupção do prazo para interposição de recurso extraordinário	1079
858.	Alguns problemas superados pelo CPC/2015	1080
859.	Procedimento no STJ.....	1081
860.	Procedimento no STF.....	1082
§ 89.	O sistema recursal e a autoridade normativa dos tribunais superiores	1084
861.	Força vinculante da jurisprudência exercida por meio dos recursos.....	1084
I	Fundamentos do Estado Democrático de Direito	1084
II	Evolução do reconhecimento da força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal.....	1085
862.	Ampliação da força vinculante da jurisprudência	1087
§ 90.	Direito intertemporal em matéria de recursos	1088
863.	Posição do atual Código de Processo Civil.....	1088
864.	Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos	1088
I	Normas gerais	1088
II	Observações particulares sobre o agravo de instrumento.....	1090
III	Observações particulares sobre os embargos de declaração	1091
IV	Instruções administrativas do STJ	1091
§ 91.	Disposições finais e transitórias	1092
865.	Direito intertemporal	1092
I	Sistema adotado pelo CPC/2015.....	1092
II	Recursos e processos de competência originária dos tribunais.....	1093
III	Procedimentos recursais	1094
IV	Honorários advocatícios sucumbenciais.....	1094
866.	Direito probatório	1094
867.	Procedimento comum como regra geral	1094

868.	Cadastramento das pessoas jurídicas públicas e privadas para efeito dos atos de comunicação processual por via eletrônica.....	1095
869.	Execução contra devedor insolvente.....	1095
870.	Atos processuais eletrônicos e certificação digital.....	1095
871.	Trânsito em julgado de questões prejudiciais.....	1096
872.	Depósito judicial.....	1096
873.	Custas devidas à União, na Justiça Federal.....	1097
874.	Procedimentos dos juizados especiais cíveis.....	1097
875.	Embargos de declaração da Justiça Eleitoral.....	1097
876.	Alteração do Código Civil.....	1098
877.	Conselho Nacional de Justiça.....	1098
878.	Uniformização do prazo para agravo previsto em lei especial ou em regimento interno de tribunal.....	1098
879.	Instituição do reconhecimento extrajudicial de usucapião.....	1098
879-A.	Alguns detalhes do procedimento extrajudicial de reconhecimento de usucapião.....	1100
880.	Revogação de disposições existentes em outras leis.....	1101
881.	Situação especial em relação ao Código Civil.....	1107
882.	Pré-eficácia do Código de Processo Civil de 2015.....	1107
	Bibliografia.....	1109
	Índice dos Fluxogramas.....	1143